



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**Mulheres na luta armada argentina: um estudo a partir da
Agrupación Evita e do Feminismo de Segunda Onda**

BÁRBARA DE ALMEIDA CARVALHO

Brasília, 2019

BÁRBARA DE ALMEIDA CARVALHO

**Mulheres na luta armada argentina: um estudo a partir da
Agrupación Evita e do Feminismo de Segunda Onda**

Monografia apresentada ao Departamento de
História do Instituto de Ciências Humanas da
Universidade de Brasília como requisito parcial
para a obtenção do grau de licenciado/bacharel
em História

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal

Brasília, 2019

AGRADECIMENTOS

Durante toda a produção da monografia contei com a ajuda de amigos e familiares que confiaram no meu processo e que contribuíram para a que minha caminhada se mantivesse saudável. Uma pesquisa pode se mostrar extremamente solitária na maior parte do tempo, o que de certa forma, abala nossa confiança sobre o que está sendo produzido. Ter pessoas tão positivas ao meu redor, com certeza, fez toda a diferença.

Quero expressar o maior dos agradecimentos à minha mãe, que não somente no período da graduação, mas ao longo de toda minha existência fez o possível e o impossível para me ajudar a me posicionar nesse mundo de forma autônoma e sensível. Na ausência do pai, a dona Cláudia foi tudo que eu sempre precisei. Gostaria também de mostrar minha gratidão à minha irmã, Débora, que sempre foi a melhor das amigas e que todas as pessoas deveriam ter a oportunidade de ter e conviver. Para nós três essa graduação significa muito mais do que um título. Significa que nossa família, de três mulheres solteiras, deu muito mais do que só um “jeitinho”. Nós conseguimos. Agradeço também à minha tia Simone, mais um nome feminino que esteve presente na minha caminhada, me ajudando com carinho e com meios materiais para a manutenção da minha pesquisa.

Agradeço aos amigos que a Universidade de Brasília permitiu o encontro. À minha querida amiga Isabela, que nos momentos de desespero sempre esteve presente, me dando atenção e me fazendo acreditar na relevância da minha pesquisa. Ao meu amigo Lucas, que nas diversas conversas que iam além do mundo acadêmico, me divertiu e apoiou. Ao meu amigo de orientação Gustavo Flor, que além de compartilhar o interesse pela história da América, foi humano e sempre acreditou em mim. Ao meu amigo Marcos, que na hora da dúvida sobre os locais de fala me ajudou a compreender inúmeras questões e se mostrou tão sensível e paciente. Ao meu amigo Alex, eu agradeço pelo cuidado e carinho em ler e reler tantos parágrafos. A jornada na universidade pode ser muito positiva se compartilhada com amigos presentes e encorajadores.

Também registro aqui meus sinceros agradecimentos a todos e todas da seção de museu do Tribunal Superior Eleitoral, onde estagiei por um grande período da minha

graduação, por todo aprendizado e empatia em compreender minha realidade de estudante. O que aprendi como pesquisadora e educadora será fundamental no caminho que pretendo seguir como professora.

Ao meu companheiro, Vinicius, que nos momentos de maior ansiedade e insegurança se fez presente e me mostrou que a produção de um trabalho acadêmico deve ser prazerosa, eu agradeço por me ajudar na missão de acreditar que o caminho é o fim mais do que chegar.

Por fim, toda a minha gratidão a todas as professoras e professores que foram, desde a educação infantil, fundamentais na minha formação intelectual e humana. De forma especial, agradeço ao meu orientador, Carlos Eduardo Vidigal pela atenção desde meu processo de escolha de tema para o projeto de iniciação científica em que e me orientou e me mostrou que eu era capaz, até a escolha do tema da monografia e agora à sua conclusão. Agradeço por todo apoio e paciência em orientar essa pesquisa.

RESUMO

A Argentina durante as décadas de 1960 e 1970 viveu um período de regime ditatorial e de intensas lutas políticas que envolveram peronistas e anti-peronistas. Dentre os grupos peronistas e de esquerda armada, a organização Montoneros se destacou pelos seus posicionamentos e atividades. Este trabalho é um estudo sobre as mulheres na luta armada argentina, mais especificamente, das mulheres que integraram a Frente feminina Agrupación Evita, que se constituiu a partir da articulação de mulheres que integravam a organização Montoneros. Além disso, este trabalho pretende analisar as relações entre o Feminismo de Segunda Onda e as mulheres argentinas que participaram da luta armada.

Palavras-chave: Agrupación Evita, Luta Armada, Montoneros Mulheres, Perón.

ABSTRACT

Argentina during the 1960s and 1970s experienced a period of dictatorial rule and intense political struggles involving Peronists and anti-Peronists. Among the Peronist and left-wing armed groups, the Montoneros organization stood out for its positions and activities. This paper is a study about women in the Argentine armed struggle, more specifically, the women who were part of the Agrupación Evita Women's Front, which was formed from the articulation of women who were part of the Montoneros organization. In addition, this paper aims to analyze the relations between Second Wave Feminism and the Argentine women who participated in the armed struggle.

Keywords: Armed Fight ,Evita Group, Montoneros, Perón, Women.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 - Argentina pós-1955: peronismo, anti-peronismo e movimento operário	13
CAPÍTULO 2 - Breve história da Organização Montoneros e da Rama Feminina dentro do Movimento Peronista	25
CAPÍTULO 3 - A formação da Agrupación Evita, o feminismo de Segunda Onda e sua relação com a esquerda armada	35
FONTES	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52

INTRODUÇÃO

A História das mulheres e o pensamento feminista têm me acompanhado na graduação desde que tive a oportunidade de entender a História com uma perspectiva que alcança as mulheres e que as retira dos espaços que por muitos séculos foram designados a elas. Ao longo da graduação pude perceber que a maioria dos temas estudados não iam além do convencional reconhecimento da existência das mulheres e a partir desse incomodo pude direcionar minha pesquisa, que busca reconhecer as mulheres que tornaram as suas existências em atos políticos. Considero importante pensar em como essas mulheres se posicionavam, se articulavam e em como ocupavam determinados espaços e por que o faziam. Para, além disso, é necessário analisar se a sua condição como mulher era fator determinante para suas escolhas e se as diversas subjetividades femininas possuíam as mesmas oportunidades de emancipação política e social.

Mulheres integrando organizações de luta armada por motivos políticos, não costuma ser um pensamento que permeie o imaginário da maioria das pessoas, por inúmeros motivos e o principal deles é a falta de menção de mulheres guerrilheiras na historiografia. Esse trabalho tem a intenção de analisar a história das mulheres que participaram da luta armada na Argentina, nas décadas de 1960 e 1970, a partir do estudo sobre um grupo de mulheres peronistas que integravam a organização Montoneros e criaram uma Frente exclusivamente feminina intitulada Agrupación Evita. Além disso, esse trabalho pretende compreender as experiências e atividades das mulheres da Agrupación relacionando-as com o Feminismo de Segunda Onda e seus desdobramentos na Argentina.

A historiadora argentina, Karin Grammatico, em seu livro “*Mujeres Montoneras: una historia de la agrupación evita 1973-1974*” analisa a formação da frente feminina dentro da organização Montoneros e discorre sobre a hipótese de que:

Agrupación Evita deu lugar a una particular experiencia política de mujeres que possibilitó que muchas de sus integrantes cuestionaran, de manera naciente, los lugares de subordinación que ocupaban en sus relaciones de pareja y familiares, en la política y en la propia organización Montoneros (GRAMMÁTICO: 2012, p.14.)

Percebe-se que a formação da Agrupación possibilitou uma experiência emancipadora às mulheres que integravam a organização, que rearticulou seus posicionamentos frente à própria organização e permitiu a possibilidade de reavaliar seus relacionamentos familiares e afetivos. O livro de Grammatico foi de extrema importância para a construção desse trabalho,

mas também permitiu que novas questões surgissem, como a necessidade de compreender as demandas das mulheres montoneras relacionando essas demandas com os movimentos feministas argentinos que se consolidaram a partir da Segunda Onda Feminista. Nesse sentido se tornou relevante compreender o perfil socioeconômico dessas mulheres a partir dos depoimentos das ex-integrantes da organização.

Para aprofundar no uso das fontes fizemos uso da História Oral a partir da interpretação de Paul Thompson, sociólogo inglês, pioneiro no uso do conceito. Thompson, em sua definição mais ampla entende por História Oral a forma de interpretação da história das sociedades e de suas culturas, através dos registros orais das experiências vividas por essas pessoas e das suas lembranças sobre determinados eventos (THOMPSON, 2000).

Esse estudo pretende também considerar como o feminismo argentino das décadas de 1960 e 1970 integrou a vida das mulheres da Agrupación, mesmo que não houvesse por parte delas uma consciência feminista, ou seja, queremos perceber como o feminismo impactou, mesmo que indiretamente, a vida das mulheres montoneras. Essa questão também trouxe a necessidade de perceber se os homens que participavam da organização Montoneros, de alguma forma impediam ou limitavam o contato dessas mulheres com outros movimentos emancipadores, ou seja, impedindo que essas mulheres conseguissem autonomia política.

O feminismo das décadas de 1960 e 1970, marcadamente conhecido como a Segunda Onda Feminista também será objeto de estudo. Essas análises pretendem relacionar as atividades das mulheres peronistas que participavam da Agrupación com as demandas levantadas pela comunidade feminista argentina e a partir daí encontrar um ponto de encontro entre a necessidade de emancipação sentida pelas mulheres peronistas com as pautas de grupos feministas da época. Será também motivo de análise a forma como essas mulheres montoneras entendiam e experienciavam a transformação de suas vidas privadas em um acontecimento político.

Perceber a história por um viés feminino surgiu como uma responsabilidade diante de uma historiografia marcadamente escrita por homens, onde as mulheres, quando descritas, ocupam espaços de pouca ou nenhuma participação, sendo normalmente representadas como vítimas de ações executadas por homens, que acabam sendo naturalizadas na história. Interessa-nos compreender como as mulheres latino-americanas sobreviveram e criaram mecanismos para participação política dentro de organizações que possuem, majoritariamente, homens como seus líderes. Nesse sentido, os estudos sobre gênero têm mostrado que o sexo como aparato biológico não compreende as diversas realidades experienciadas pelos corpos

sociais e o gênero aparece como uma categoria de análise a fim de combater essa ausência que permitiu por muito tempo um afastamento do papel da mulher de toda a historiografia produzida.

Os estudos de gênero são um recente campo de pesquisa dentro do estudo da História. De acordo com Dora Barrancos o gênero como categoria de análise não só é recente como desde que:

(...) que la disciplina histórica se convirtió em um saber especializado en el siglo XIX, gracias a la consulta de archivos, al empleo sistemático de fuentes sometidas a pruebas críticas para asegurarse confiabilidad, pocas veces fue sacudida con tanta fuerza como aconteció con la reciente incorporación de la perspectiva de género. El significado de las relaciones entre los sexos fue tardíamente descubierto por el trabajo historiográfico y está socavó algunos presupuestos de la historia como disciplina (BARRANCOS: 2012, p.11).

Entende-se a partir da fala de Barrancos que os estudos que utilizam o recorte de gênero para analisar os fatos históricos permitem que novos pressupostos sejam criados e que os antigos sejam reavaliados considerando que agentes podem ter sido excluídos dessas construções e que as relações entre os sexos ocupam um espaço político dentro dos acontecimentos nas sociedades. Esse alargamento da produção historiográfica é necessário e urgente para que o pensamento sobre as sociedades saia desse local exclusivamente masculino e que não considera as subjetividades de outros agentes sociais.

O fato de mulheres terem participado da luta armada argentina exemplifica a falta de protagonismo que é dado a essas mulheres quando se analisa que elas são superficialmente citadas na maioria da produção historiográfica sobre o período analisado nessa pesquisa. Estudar a luta armada a partir de uma perspectiva feminina exige que se pense em toda a atmosfera doméstica e familiar que essas mulheres estavam envolvidas, e nesse sentido o entendimento da Segunda Onda Feminista se torna relevante, já que a maior adesão de mulheres aos movimentos armados está relacionado com um clima de emancipação política feminina que vem sendo defendida pelos movimentos feministas desde a década de 60.

A História das Mulheres começou a ser definida como um campo de estudo dentro da história a partir de 1980, quando trabalhos à cerca do tema começam a emergir dentro das academias. Essa data, por si só, revela o enorme problema que é a falha que existe na historiografia mundial de não situar a mulher como integrante dos processos históricos. Percebe-se que quando a historiografia inclui o protagonismo das mulheres e as reconhecem como protagonistas dos acontecimentos históricos são construídas narrativas que apresentam novas perspectivas sobre assuntos já anteriormente analisados.

Entende-se, portanto, que a categoria de gênero é fundamental para o estudo à cerca das mulheres que integraram grupos de luta armada na década de 1970, em especial nesse trabalho. Joan Scott fala sobre a importância do gênero para o estudo da História ao dizer que:

Na sua utilização mais recente, o termo “gênero” parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas (norte) americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual” (SCOTT: 1986 p. 72).

Pensar a partir da categoria de gênero permite ao pesquisador incorporar a seu trabalho fontes que a História ocidental, normalmente, ignora por não considerar suas contribuições como relevantes. Scott propõe que o estudo das mulheres não sugere somente a criação de um novo tema, mas sim um reexame nos trabalhos científicos já existentes (SCOTT: 1987 p.73). Ou seja, ao analisar a história com critérios que envolvam as relações que se deram entre os diferentes gêneros e a forma como algum deles foi subjugado recria um novo espaço para que determinados acontecimentos históricos sejam contados dependendo de como essa categoria de análise é desenvolvida.

Margareth Rago em seu trabalho, *“Epistemologia Feminista, gênero e História”*, propõe, ao analisar outras teóricas feministas, que o “estudo das mulheres” não deveria ser pensado como uma essência biológica pré-determinada anterior à História e sim como uma identidade social construída culturalmente a partir das relações sociais e sexuais e por discursos/saberes constituintes (RAGO: 1998). Isso significa que a construção do gênero como categoria de análise, além de tirar a narrativa de um único sujeito, mostra que a partir de uma nova análise, uma narrativa que considera a pluralidade de protagonismos seja estabelecida.

O primeiro capítulo é uma apresentação do contexto histórico argentino pós-1955, ano em que Juan Domingo Perón é deposto da presidência da República. O capítulo pretende compreender o Movimento Peronista em um período de proscrição do movimento. Além disso, será mostrado como a sociedade argentina se articulou politicamente no período ditatorial que se instalou nos anos seguintes. A tentativa de desarticulação do peronismo, o movimento sindical e as propostas políticas dos governos que assumem após o ano de 1955 serão analisados a fim de compreender a Argentina que precede a formação da guerrilha urbana.

O segundo capítulo analisa de forma mais direta a formação da organização Montoneros e a criação da Rama Feminina dentro do Movimento Peronista. Uma trajetória da participação das mulheres dentro do MP é feita a fim compreender como as mulheres eram

entendidas dentro do movimento. Esse capítulo pretende demonstrar como as relações entre os homens peronistas e as mulheres foram determinantes para as construções de poder dentro do MP e da organização político-armada Montoneros.

O terceiro e último capítulo é uma análise da formação da Agrupação Evita como uma Frente, exclusivamente feminina, da organização Montoneros, em que suas pautas e atividades são analisadas a fim de compreendermos como a experiência das mulheres montoneras foi influenciada pelo feminismo. Considerando que a agrupação leva o nome de Eva Perón, e que Eva, apesar de lutar pelos direitos femininos na Argentina condenava estereótipos de feminilidade que não condissessem com aquele em que a mulher mantém uma relação de cuidado materno não só para com seus filhos, mas para com a sociedade como um todo.

A proposta desse trabalho, ao recuperar a experiências dessas mulheres gira em torno do debate à cerca do protagonismo feminino na história da América Latina, em especial, na história das mulheres que integraram a Frente feminina Agrupación Evita, em um período que os movimentos sociais e identitários eclodiram no mundo todo. Perceber as limitações das experiências femininas devido às diversas repressões que sofriam e compreender suas dinâmicas de atuação política dentro do Movimento Peronista como um todo, a fim de analisar sua relação com a Segunda Onda Feminista.

CAPÍTULO 1 - Argentina pós-1955: peronismo, anti-peronismo e movimento operário

A partir da segunda metade do século XX a América Latina vivenciou um período de ondas ditatoriais que modificou suas estruturas políticas e deu espaço a uma nova configuração social. Grupos como o movimento feminista negro, o movimento LGBT, os movimentos de povos originários buscaram a transformação das estruturas sociais a partir da articulação de pessoas que até então eram conhecidas como integrantes de uma “minoria” populacional e que compreenderam que reconhecer suas identidades e subjetividades era importante para que essas transformações acontecessem. Essas novas movimentações sociais surgiram em um contexto pós Revolução Cubana e em um período marcado pela polarização das sociedades devido à Guerra Fria.

A população Argentina, em 1955, após a saída de Juan Domingo Perón do poder, vivenciou um momento político que divida a sociedade em peronistas e anti-peronistas. Muitos que se colocaram como oposição e defenderam ideias peronistas foram para o cárcere como presos políticos. Esse também foi um momento de articulação entre a Igreja Católica e o Movimento Peronista em prol da luta pelo fim da ditadura instaurada a partir da deposição de Perón. A proscrição do peronismo acabou por unir setores que até então se contrapunham, mas que encontraram uma necessidade de ampliação das suas dinâmicas para combater o regime.

A resistência peronista que se inicia nesse período contou com ajuda massiva de mulheres que na clandestinidade cooperaram com diferentes células da oposição. Foi nesse momento também que se percebeu um maior ingresso das mulheres nos centros acadêmicos e nos centros de pesquisa dentro das universidades. Após certa reestruturação da academia, que havia perdido certa autonomia durante o governo de Perón, e uma inovação do conhecimento a partir de um maior incentivo à investigação fez com que a universidade se tornasse um ambiente politizado e que reuniu jovens engajados com a situação política do país. A experiência desses jovens que começaram a integrar de forma massiva os grupos e ou partidos de esquerda argentinos é algo bastante expressivo para compreender o período e que marcou aquela geração.

Durante períodos de instabilidade política e econômica, as forças armadas latino-americanas se estabeleceram, em diversos países, como forma de controle do poder estatal, com argumentos de convencimento com o objetivo de passar a impressão de um governo

transitoria, onde em um futuro próximo o poder voltaria à mão dos civis. Ao analisar as ditaduras latino-americanas considerando suas diversas particularidades e contextos em que estão inseridas, a Argentina aparece como um importante exemplo de como os governos autoritários que se instalaram na América Latina a partir de 1960 convulsionaram a sociedade e reproduziram uma nova configuração de organização social. Com a deposição de Perón em 1955 e a entrada de um novo general das forças armadas no poder executivo, o peronismo vai experimentar uma fase de conflito interno e também com o poder estatal. Os anos seguintes para a sociedade argentina foram marcados pela pouca representatividade e por muitos conflitos segregacionistas.

As lutas dos trabalhadores argentinos se intensificaram a partir do fim do segundo governo Perón. O ano de 1955 foi marcado por acontecimentos que acabaram por definir o cenário político argentino dos anos seguintes, como o bombardeio na Plaza de Mayo, em que mais de 20 aeronaves da força aérea argentina bombardearam a praça onde acontecia uma manifestação de apoiadores do governo de Perón e que deixou mais de 300 mortos e 800 feridos de acordo com fontes oficiais. O golpe, em 1955, foi uma tentativa, por parte da burguesia, de dar fim ao governo peronista.

O governo militar que assumiu após o golpe de 1955, liderado pelo general Eduardo Lonardi, em que Pedro Eugenio Aramburu o sucedeu como presidente no mesmo ano instituiu decretos que minaram a liberdade de expressão de grupos contrários ao governo. Como menciona Iñez Izaguirre, o decreto 4161:

(...) Prohibió el uso público o privado de toda simbología, imágenes, fotografías, siglas, canciones, marchas, y expresiones verbales que recordaran o reivindicaran al peronismo y su ideología. Las penas iban de 30 días a 6 años de prisión, y las multas de 500 a 1.000.000 de pesos moneda nacional, seguidas de la pérdida del empleo si era público, inhabilitación por diversos períodos del ejercicio de la actividad política o gremial y, si el infractor ejercía una actividad comercial, cierre de la empresa en caso de reincidencia (IZAGUIRRE: 2009, p.59).

De acordo com Marcelo Cavarozzi, a etapa que se inicia a partir de 1955, na Argentina se caracteriza por uma intensa instabilidade política, que para o autor precisa ser analisada a partir de orientações, interesses e valores das forças sociais que não atuam em um vácuo. Os sistemas políticos possuem leis próprias que vão além de um resultado simples de interações. É necessário uma aproximação que reconheça a eficácia própria do sistema político que se proponha a desvendá-la não reduzindo-a a condição de mero reflexo dos “fatores estruturais” nem considerando-a um campo inerte. (CAVAROZZI: 2006, p. 10). O autor imprime a noção de que as forças sociais que operam no Estado argentino dependem de um sistema político que foi construído historicamente e que as diversas organizações e movimentos que surgem

nesses contextos são formados em um espaço que sofre interferências dessas estruturas pré-estabelecidas.

O sistema político após 1955 apresentava uma dualidade que consistia em peronistas de um lado e o parlamento do outro, em que nenhum dos grupos do primeiro ou o segundo foram capazes de dar conta dos interesses sociais latentes da sociedade argentina do período. Essa polaridade política agregada de um personalismo político, difundido a partir da imagem de Perón também serviu de fomento para a articulação de grupos políticos peronistas atuarem na luta armada. Cavarozzi continua seu raciocínio compreendendo que:

La análisis de la convulsiva conformación de nuevas maneras de hacer política a partir de 1955 exige reconocer la complejidad de un proceso que incluyó, pero que no se redujo a una serie de ciclos de desarticulación y composición de alianzas sociales que generaron una sucesión de equilibrios precarios alternativamente rotos y restablecidos. Sobre todo, porque las imágenes de equilibrio y empate pueden llegar a sugerir la ausencia de cambios y, desde la perspectiva de la *longue dureté**, una situación de inmovilidad en la que reiterativamente se torna al punto inicial (CAVAROZZI: 2006 p.10).

Nesse contexto de repressão política e de violações, as décadas seguintes foram de intensos acontecimentos políticos que criaram um ambiente de construção e fortalecimento de grupos contrários aos regimes militares argentinos que tentavam reimprimir uma nova identidade à política argentina, desvinculada da imagem de Juan Domingo Perón, que ficou exilado pelos próximos 18 anos e mesmo assim continuou a manter certa influência sobre o Movimento Peronista na Argentina.

Os governos que assumiram o poder executivo a partir de 1955 entendiam o peronismo como um fenômeno que debilitava e enfraquecia as instituições democráticas do Estado. Perón foi deposto em 16 de setembro de 1955 com a justificativa, por parte das Forças Armadas de que o seu governo tinha caráter autoritário e antidemocrático, e propõe a partir dessa denúncia uma nova configuração para a política argentina, que envolve o reestabelecimento dos partidos políticos e do parlamentarismo, excluindo a participação dos peronistas. A deposição de Perón envolveu diversos grupos anti-peronistas em que faziam parte a burguesia argentina, as Forças Armadas e a Igreja católica, que mais adiante buscaram objetivos diferentes, mas que se mantiveram unidos, por um tempo, com a “bandeira da democracia” (CAVAROZZI: 2006 p.16). O cenário argentino que serve de palco para a consolidação dos grupos guerrilheiros foi marcado por uma tentativa de apagamento, por parte dos grupos anti-peronistas, de tudo que envolve o período em que Perón esteve no poder.

Nesse sentido Cavarozzi faz uma análise que se torna relevante para o entendimento dos próximos posicionamentos tomados pelo Movimento Peronista. De acordo com o autor, as lideranças responsáveis pela deposição de Perón contaram com uma ingenuidade por parte dos grupos peronistas, embasados na teoria de que os peronistas foram enganados e de que naturalmente essas pessoas se reintegrariam a outros frentes, partidos e sindicatos considerados “democráticos”. A questão da identidade peronista é outro aspecto bastante relevante nesse ponto da análise, pois é com essa identificação que as lideranças anti-peronistas não contavam. Mas logo foi entendido que o peronismo sobreviveria ao fim do governo de Perón e se tornou necessária uma reavaliação de como lidar com uma parcela de mais de um terço da sociedade que era peronista (CAVAROZZI: 2006 p. 17). Era necessário o reconhecimento de que essa realidade era democrática e não podia ser negada.

As propostas de governo após a deposição de Perón, das frentes anti-peronistas, se distinguiam em três vertentes predominantes, de acordo com Cavarozzi:

(...) La del populismo reformista, la desarrollista y la liberal. La primeira no cuestionó las premisas básicas del modelo impulsado durante la década peronista. Por el contrario alento la posibilidad – y conveniencia – de promover simultaneamente los intereses de la clase obrera y la burguesía urbana, y propuso una política nacionalista moderada, que impidiera, o al menos imitara, la presencia del capital extranjero en sectores tales como energía, comunicaciones, y la producción de bienes de capital (CAVAROZZI: 2006, p.19).

As políticas implementadas pelo general Pedro Eugenio Aramburu não foram efetivas no sentido de acabar com a representação peronista na sociedade e principalmente na classe trabalhadora. A complexidade que envolvia a reestruturação política e econômica da Argentina estava assegurada na dificuldade de empreender um projeto de nação que desse conta dos interesses dos diferentes grupos políticos, que como já mencionado anteriormente, possuíam projetos econômicos divergentes. Mas no caso argentino, especificamente, além dos diferentes projetos de nação, existia a necessidade de lidar com uma dinâmica política anterior que envolvia o personalismo na figura de Perón. O peronismo era uma pauta a ser “resolvida” e precisava estar em qualquer que fosse o projeto a ser desenvolvido pelas frentes anti-peronistas que desejavam se consolidar.

Durante a década de 1960 os sindicatos peronistas começaram a se reorganizar se distanciando da tutela exercida por Perón. O peronismo foi se dinamizando como movimento dentro dos sindicatos dando mais voz ao proletariado. Não significa dizer que a figura de Perón perde importância, mas a ideia de volta a um passado positivo, quando Perón estava no poder, motiva as classes trabalhadoras a se rearticularem a fim de ocuparem mais espaços políticos. Mesmo que se tentasse manter a ideia de uma luta pela manutenção da democracia,

a dissolução do Partido Peronista e a tentativa de apagamento de um passado marcadamente peronista minavam as possibilidades de ações políticas daqueles se consideravam peronistas e contrários ao governo em vigência. Além disso, uma radicalização política é percebida ao longo da década de 1960, com um aumento da insatisfação das classes trabalhadoras. Outras áreas da sociedade civil argentina também começaram a se movimentar frente a uma crescente intelectualidade estadunidense e europeia que começa a questionar os parâmetros comuns de organização da sociedade. É nesse período, inclusive, que coletivos feministas se organizam com o objetivo de dar às mulheres novas formas de experienciarem sua existência, a partir de práticas que dessem a elas autonomia para decidirem sobre seus corpos.

A Segunda Onda Feminista é compreendida como um momento de produção intelectual e organização feminina, a partir da década de 1960, que eclodiu na Europa e nos EUA, inicialmente, inspirado no livro de Simone de Beauvoir, “O Segundo Sexo”. O movimento traz luz às questões que envolvem a liberdade sexual feminina – em um momento em que a pílula anticoncepcional surgia como uma possibilidade de contracepção – e cria debates sobre o trabalho doméstico das mulheres, momento em que a frase “o privado é político” ganha repercussão e muitos coletivos feministas começam a se formar. Esse pensamento feminista que se formou a partir da década de 1960 também foi fortemente influenciado pelo Movimento Negro norte-americano, em que as mulheres que o integravam começaram a racializar o feminismo e diferenciar as pautas das mulheres brancas das mulheres negras. Joana Maria Pedro, em seu trabalho “*Os feminismos e os muros de 1968, no Cone Sul*” menciona que o feminismo de Segunda Onda articulou-se com diferentes grupos que lutavam contra outras formas de opressão. A autora diz que a partir dessa interação com outros movimentos essas mulheres puderam também encontrar inspiração para as suas lutas. O que esses coletivos propõem a partir de influência da Segunda Onda Feminista era fundamental para a compreensão das dinâmicas no interior das organizações armadas a partir da década de 1970, sendo motivo de análise nos próximos capítulos.

Ou seja, mesmo que tentativas de suprimir o peronismo tenham sido executadas a partir do governo do general Aramburu, percebe-se que as forças sindicais peronistas e a classe trabalhadora a partir do mesmo período começaram a se reorganizar e se consolidaram não somente como força social, mas também como força política, que no futuro iria se radicalizar e continuar lutando contra os governos militares. Os políticos argentinos que pretendiam estabelecer um regime democrático falharam em estabelecê-la quando se negaram a incorporar e considerar o peronismo como ator nos processos políticos do período. De

acordo com Monica Gordillo a Argentina, desde a derrocada de Perón, em 1955 sofre com um processo de instabilidade política. As forças armadas tentaram manter um projeto de nação que além de negar a herança do peronismo dissolveu um partido que tinha ampla adesão por parte da sociedade.

As forças políticas do período atuavam sob um regime de pouca interação entre si, em que os interesses coletivos eram pouco discutidos e colocados em segundo plano, em favor de interesses oligárquicos. Essa interpretação reforça a ideia de que o Movimento Peronista compreendeu que os meios legais de atuação política não eram, necessariamente, os meios eficazes para mudar estruturalmente a sociedade. A guerrilha surge no imaginário argentino a partir de um processo histórico que se inicia com a derrocada de Perón e que se desenvolve por muitos anos sugerindo a luta armada como única forma possível de tomada do poder.

Esse reordenamento das políticas argentinas foi estimulado por um cenário mundial pós-guerra que precisava lidar com desafios do mundo polarizado. A Argentina mantinha uma dinâmica econômica que envolvia intervenção na economia e que se articulava entre os trabalhadores e as grandes empresas. Romero diz que:

Não obstante, aos poucos, começou a se formular uma política alternativa, elaborada principalmente na esfera da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal): os países “desenvolvidos” podiam ajudar os “subdesenvolvidos” a eliminar os fatores de atraso por meio de intervenções apropriadas nos setores-chave que viriam acompanhadas por reformas “estruturais” como a reformar agrária. Desde então, a receita “monetarista” e a “estruturalista” competiriam no debate e nas políticas (ROMERO: 2006 p.126).

Essas duas propostas estratégicas propunham projetos de nação divergentes, mas complementares, em certa medida. Enquanto a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) apostava em uma política que alterasse as estruturas dominantes nos países latino-americanos a estratégia do Fundo Monetário Internacional (FMI) defendia uma economia que se voltasse para a abertura do mercado, estimulando a entrada de capital estrangeiro e que esses países investissem nas exportações de produtos que já possuísem uma indústria consolidada. A nova arquitetura Ocidental que valorizava o capitalismo e o liberalismo colocaram as duas estratégias em conflito por bastante tempo nas mãos daqueles que pretendiam se desconectar do passado peronista. Os meios para se chegar à modernização levantavam debate e a entrada de capital estrangeiro no país gerava dúvida.

Juan Carlos Torre ao analisar o mesmo período aponta a dificuldade dos líderes políticos, que assumem o poder a partir de 1955, de lidar com a classe sindical. Os trabalhadores dos sindicatos peronistas que ao longo do governo de Perón se estabeleceram e conquistaram novos espaços de atuação política, após sua saída em 1955 se encontraram em

uma situação de forte ligação com o peronismo devido a todos os direitos que lhes foram assegurados durante o período anterior. E a iniciativa de excluir o peronismo dos novos planos políticos encontra aí um grande obstáculo, a resistência dos trabalhadores.

Compreender os impactos do peronismo sob a classe trabalhadora implica questionar a profundidade com que os projetos sociais implementados na sociedade argentina foram significativos para a emancipação política de uma grande parcela da população, e em especial da mulher argentina, que teve na figura de Eva Perón uma defensora dos direitos para as mulheres, principalmente na luta pelo sufrágio feminino. Eva Perón participou ativamente das estratégias políticas de seu marido. A incorporação das mulheres nos processos eleitorais era importante para o projeto de manutenção do poder pensada por Perón. Nesse sentido é importante elucidar que mesmo Eva, uma mulher que possuía um espaço de atuação política dentro do Movimento Peronista mantinha posturas que envolviam os planos políticos de Perón, ou seja, a tutela de um homem a acompanhava. A figura de Eva era compreendida como a de uma mulher combativa e que lutava ao lado dos pobres, mas também era vista como a mulher que cuida e protege o lar e a família.

Em 1966 um golpe de Estado iniciou um novo período na sociedade argentina e que se materializa, inicialmente, com certo apoio da sociedade civil, principalmente do empresariado argentino. Romero chama a atenção para a relação que havia entre o “estado-maior” das grandes empresas e os chefes militares que lideraram o golpe. (ROMERO, Luis Alberto: 2006, pg. 160). Havia uma necessidade sentida por algumas partes da sociedade argentina, em especial as citadas acima de formar um Estado forte, que detivesse autoridade e combatesse a “ameaça” do comunismo que “assolava” a maioria dos países latino-americanos.

Juan Carlos Onganía era um dos líderes da auto-entitulada “Revolução Argentina”¹ e se dizia integrante daquela que ficou conhecida como “facção azul” do exército argentino. Onganía se torna presidente um dia após a deposição de Arturo Umberto Illia, no dia 29 de junho de 1966. O governo que se instaurou a partir dessa data tinha caráter repressivo e pretendia revogar a decisão do presidente anterior que rescindia a proscrição do peronismo. Nesse cenário, diversos grupos contrários ao governo começaram a compreender que os

¹ A “Revolução Argentina”, nome sugerido pelos próprios membros das Forças Armadas que participaram do golpe de 1966, propunha a superação dos conflitos sociais e dos conflitos dentro das próprias Forças Armadas. Possuía como um de seus objetivos suspender as atividades dos partidos políticos, considerando que o problema argentino girava em torno da complexidade política que envolvia os partidos políticos, os parlamentares e os corporativistas. Esse novo regime pretendia acelerar a economia com maior participação de capital estrangeiro e extinguiu todos os direitos civis e políticos. Ler mais em: CAVAROZZI, Marcelo. Autoritarismo y democracia (1955-2006). – 1ª ed. – Buenos Aires: Ariel, 2006).

meios políticos utilizados até aquele momento para manutenção e seguridade dos direitos dos trabalhadores não mais surtiriam efeito.

A maioria dos grupos de esquerda que se formam a partir do golpe de 1966 que destituiu Arturo Illia e que colocou o General Juan Carlos Onganía na presidência da República era marcada pelo radicalismo, a luta armada se tornou a possibilidade mais atrativa no combate ao terrorismo de Estado que foi se estabelecendo. O discurso político que se estabeleceu a partir da “Revolução Argentina” foi pautado em um vazio de poder, em que o parlamento e os partidos políticos não encontravam uma solução para os conflitos internos e a economia do país. Dora Barrancos irá dizer que:

(...) La radicalidade no sólo distinguió a los grupos juveniles identificados con alguna fórmula de izquierda, sino que llegó hasta quienes, inscriptos en el catolicismo, entraron en conflicto con las jerarquias de la Iglesia a proposito del Concilio Vaticano II (BARRANCOS: 2010, p. 211).

Nesse momento o Movimento Sacerdotes Para o Terceiro Mundo, que será motivo de análise posteriormente, surgiu como um movimento que pretendeu se comprometer com as necessidades das camadas mais populares, naturalmente se aproximando dos grupos de esquerda. Esse capítulo pretende analisar as novas formas de organização social na Argentina polarizada após a derrocada do peronismo e o contexto de formação da organização Montoneros.

No campo social, não só na Argentina, mas em diversos países do Ocidente, em especial os da América Latina passaram por uma reconstrução de valores políticos que foram permeados pelos ideais da Revolução Cubana. Diversos grupos de civis começaram a se articular com o objetivo de questionar as estruturas dominantes e a forma como as autoridades se posicionavam frente aos problemas apresentados pela sociedade como um todo. O inimigo das pessoas que saíram às ruas em massa era o poder autoritário, por trás de quem se via a presença multiforme do capital (ROMERO: 2006, p. 167).

Onganía compreendia que uma reestruturação da economia só viria a partir de um cenário que não respeitasse a heterogeneidade política dentro do território argentino. As universidades foram alvo de ataque e toda a produção intelectual que vinha dos centros universitários era considerada de cunho comunista. Romero menciona que as práticas repressivas e de censura se estenderam às:

Manifestações mais diferentes dos novos costumes, como minissaias ou o cabelo comprido, expressões dos males que, segundo a Igreja, eram a ante-sala do comunismo: o amor livre, a pornografia, o divórcio. Assim como nas universidades, percebia-se que amplas camadas da sociedade concordavam com o diagnóstico dos

militares e da Igreja sobre os perigos da modernização intelectual e sobre a necessidade de se usar a autoridade para extirpar os males. (ROMERO: 2006, p. 162).

Perceber por onde perpassavam as censuras do período, permite uma análise sobre o caráter moralizador dessas medidas que invadiam a experiências pessoais dos cidadãos argentinos. Algumas das práticas fiscalizadoras, inclusive, são diretamente dirigidas aos corpos femininos, onde as vestimentas e os cortes de cabelo são considerados como expressão ao comunismo. O uso da autoridade máxima é legitimada através de um discurso que vê a emancipação do corpo feminino uma ameaça à ordem da sociedade argentina, inspirada no comunismo e na dissolução do formato tradicional de família. Nesse mesmo período estão eclodindo no mundo todo, movimentos que se inspiram na Segunda Onda Feminista e que propõe uma nova localidade para as mulheres dentro das sociedades civis. E é nesse cenário de reordenamento das políticas relacionadas às mulheres que será fomentada a entrada e permanência dessas mulheres dentro de organizações políticas até então exclusivamente ocupadas por homens.

A revolução emergia cada vez mais como uma possibilidade de libertação nacional. O plano inicial de preservação da democracia perdia forças, pois o crescimento do autoritarismo era evidente e preocupante. A segurança nacional se apresentava como saída para o governo autoritário como a insurreição se apresentava como a única possibilidade às forças contrárias ao governo (ROMERO: 2006 p. 170). As ações de Che Guevara em Cuba e na Bolívia serviram como parâmetro para as atividades revolucionárias em toda América Latina e inspiram as guerrilhas urbanas que começam a se orientar em meados da década de 1960.

Romero considera esse movimento de insurreições como uma primavera dos povos latino-americanos e que pôde ser fortemente sentida também na Argentina, em mais de um setor da sociedade. A Igreja Católica foi uma instituição determinante nesse sentido, pois a partir do Concílio Vaticano II - que teve seu fim em 1967 – foram determinadas novas posturas e atividades para a Igreja, em que o cuidado com as pessoas em situação de miséria deveria se tornar prioridade. A partir do Concílio, um grupo de bispos latino-americanos, liderados pelo bispo brasileiro, Dom Hélder Câmara, formaram o que ficaria conhecido como Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo² e que possuía origens na Igreja Católica argentina. O movimento se consolidou e foi reconhecido parcialmente na Conferência

² O Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo foi fundado na Argentina, por religiosos católicos, que no final da década de 1960 iniciaram uma série de debates sobre o papel político e social da Igreja católica, em um contexto pós Concílio do Vaticano II. Esse movimento dividiu a igreja, que via nesses religiosos traços do comunismo tão criticado pela igreja católica. Ler mais em: <https://www.notimerica.com/sociedad/noticia-movimiento-sacerdotes-tercer-mundo-fue-surgio-quienes-integraron-20161007071446.html>

Episcopal Latino-americana de Medellín, em 1968. Essa nova representação do catolicismo remetia a um catolicismo primitivo que tinha como pauta principal a luta pelos direitos sociais. As ações dos sacerdotes que se comprometeram com a luta pelo fim das desigualdades acabaram por resultar no que viria a ser reconhecida posteriormente, em 1971 como a Teologia da Libertação³, a partir do lançamento do livro “A teologia da libertação”⁴ do dominicano peruano Gustavo Gutiérrez.

O trabalho exercido por esses sacerdotes e pelos leigos que se identificaram com a causa gerou uma repercussão que foi para além da ajuda material. Além de levar assistência às comunidades carentes foram feitas formações com intuito de inserir essas pessoas nos debates políticos e incitá-las à reivindicações que questionassem suas situações nas periferias argentinas. Os envolvidos com o Movimento Sacerdotes para o Terceiro Mundo defendiam a noção de que a injustiça social era na verdade uma forma de violência experienciada por essas pessoas. Uma violência que era financiada pelo Estado e que de acordo com esse novo desdobrar das atividades clericais, após o Concílio Vaticano II, deveria ser erradicada. Romero ressalta que:

Os sacerdotes do Terceiro Mundo facilitaram a incorporação à política e à militância de vastos contingentes de jovens, educados nos colégios religiosos e formados inicialmente segundo o nacionalismo católico. Assumiram a solidariedade e o compromisso com os pobres, e também com o peronismo, e, apesar de entrarem em contato com ideias de esquerda, dando continuidade à tendência de “diálogo entre cristãos e marxistas”, conservaram uma forte marca de sua matriz ideológica original (ROMERO: 2006, p. 171).

Esse movimento da Igreja católica foi um importante fomento para atrair mais jovens dispostos a alterar a conjuntura política do país. O discurso do movimento dos Sacerdotes conseguiu unir a luta de classes à religião de forma bastante contundente, se embasando no evangelho e legitimando suas pautas. O peronismo ao longo dos anos construiu uma imagem que garantia uma maior possibilidade de construção política e atuação, principalmente por causa do seu amplo diálogo com a classe trabalhadora. Por isso há uma identificação dos integrantes do movimento dos Sacerdotes com o peronismo.

Os anos seguintes foram, então, marcados pelas polarizações políticas, inclusive, dentro do movimento Sindical e do Movimento Peronista. O movimento Sindical argentino se

³ Gustavo Gutiérrez explica que a libertação se refere a três âmbitos: o econômico, onde as causas que geram injustiças sociais devem ser combatidas; o humano, em que além das estruturas é preciso transformar a mentalidade do ser humano; e o teológico: em que o ser humano precisa se livrar do pecado e se doar ao próximo. Já a teologia é o meio que sela o compromisso com os pobres e torna a solidariedade para com essas pessoas uma tarefa evangélica.

⁴ MERINO, Gustavo Gutiérrez. Teología da la Liberación: perspectivas. 1ª ed. Lima: Centro de Estudios y Publicaciones, 1971.

encontrava em uma situação de heterogeneidade mais profunda a partir de 1968, quando o vanderismo⁵ que mantinha forte influência dentro dos sindicatos, foi posto em questão. Essa desarticulação do movimento sindical gerou uma incapacidade de formulação de acordos que pudessem atender as demandas da direita e da esquerda, o que acabou por ocasionar uma interrupção nos diálogos do governo com os sindicatos.

De acordo com Daniel Gaido, Onganía havia tentado, desde o primeiro ano de seu governo, eliminar o legado do movimento da Reforma Universitária que havia se iniciado em Córdoba, em 1918, com o objetivo de resgatar o caráter elitista das universidades argentinas (GAIDO: 2015, p. 11). O Cordobazo como ficou conhecido, aconteceu na cidade de Córdoba, em 1969, e reuniu o movimento de trabalhadores que como explica Gaido mantinha um formato bastante específico:

(...)El tardío y repentino desarrollo industrial de Córdoba había creado una clase y un movimiento obrero locales que eran más independientes, democráticos y combativos que en cualquier otra parte del país (GADIO: 2015, p. 11).

O Cordobazo surge como um movimento local de insatisfação de diversas várias classes da cidade de Córdoba, que se acumularam ao longo dos três anos de governo ditatorial. Além da classe trabalhadora, os universitários da cidade de Córdoba a partir do Movimento Estudantil se uniram à luta da classe trabalhadora e formaram uma importante frente de ativismo político dentro dos centros universitários.

Os acontecimentos em Córdoba expressaram a mentalidade de uma população que estava submetida a um regime autoritário há três anos e que não mais encontrava representatividade dentro das organizações políticas habituais da sociedade civil. Os líderes da insurreição provenientes da Confederación General del Trabajo (CGT) defendiam o fim da “Revolução Argentina” e pretendiam restabelecer um governo democrático. O ano de 1969:

Abrió un período inédito en la historia argentina, durante el cual resultó profundamente cuestionada y corrída la autoridad de muchos de aquellos “que dirigían” la organizaciones de la sociedade civil, sobre todo en los casos de quienes aparecían más directamente “garantizados” por el Estado. Dentro de esta categoría quedaron incluidos los dirigentes sindicales más propensos a la negociación y más dependientes de la tutela estatal, los profesores y autoridades de universidades y escuelas que se habían respaldado en, y habían sido promovidos por las orientaciones tradicionalistas y jerárquicas del gobierno de Onganía, la jerarquía conservadora de la Iglesia Católica y los gerentes y empresarios que, debido a las limitaciones impuestas

⁵ O vanderismo é um fenômeno político que tinha como líder Augusto Timóteo Vandor, um sub-oficial da Armada argentina que se tornou um dirigente sindical do grêmio dos metalúrgicos. Em 1954, ainda durante o segundo governo de Perón, liderou uma movimentação que reivindicava melhores salários ao operariado e por isso ficou conhecido no meio sindical. Em 1958, quando Arturo Frondizi libera as atividades sindicalistas passou a integrar a frente da Unión Obrera Metalúrgica (UOM) e em 1968 a CGT. Vandor consolidou sua fama dentro do sindicalismo ao promover um frente “participacionista” dentro do Movimento Peronista, em que os sindicatos deveriam estar em constante diálogo com o *governo de facto*.

a la acción de los jefes sindicales, las comisiones de fábrica y los delegados obreros, se habían sentido con mayor respaldo para reorganizar procesos de trabajo, “racionalizar” la producción y restaurar la disciplina laboral (CAVAROZZI: 2006, p.43).

Essa insatisfação da sociedade civil foi reflexo de uma profunda crise política que se arrastou pelos anos seguintes e que foi fundamental na fomentação da guerrilha urbana, que compreendeu mais do que uma admiração e devoção ao conflito armado. A construção da mentalidade dos que encontram na ação armada a única alternativa para a reestruturação será analisada no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 - Breve história da Organização Montoneros e da Rama Feminina dentro do Movimento Peronista

Ainda na década de 1960 foi possível perceber a formação das primeiras organizações armadas na Argentina, que a partir de influência sofrida pela Revolução Cubana e posteriormente pelas ações de Che Guevara na Bolívia começaram a se articular. Somente após o golpe de 1966 é que os grupos de esquerda armada peronistas se organizaram e executaram suas primeiras ações públicas que foram noticiadas. Em muito divergiam as ideias dominantes dentro das organizações guerrilheiras, mas havia um consenso de que a ação violenta deveria ser utilizada a fim de liquidar o imperialismo. A violência que permeava as organizações:

(...) Não só se justificavam pela do adversário, era glorificada como parteira de uma nova ordem. As qualidades do real militante eram o heroísmo e a disposição para uma morte gloriosa e redentora, caminho da verdadeira importância “entre os heróis da pátria amada”. Como observou Juan José Sebreli, não é Che Guevara vivo, mas seu cadáver o modelo de conduta daqueles que, de origens diversas e por caminhos diferentes, concidiam em celebrar a morte (ROMERO: 2006 p.175).

A organização Montoneros se forma, nesse contexto, a partir de células de jovens de classe média, católicos, que se inspiravam no Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo⁶, que compreendiam que o catolicismo possuía responsabilidade social perante a pobreza e a desigualdade que assolava a América Latina. Esses jovens, ao se envolverem com a causa dos Sacerdotes, acabaram por ter um primeiro contato com a realidade política vivida na Argentina e assim iniciaram uma aproximação com o peronismo.

Os Montoneros se declaram como organização político-armada em 1970, quando no dia 29 de maio realizaram seu primeiro ato público, o sequestro do general Pedro Eugenio Aramburu, em seu apartamento, que poucos dias depois foi fuzilado por membros da organização. O general sequestrado era a representação do exílio de Juan Domingo Perón e expressava insatisfação com a situação experienciada pelos peronistas anos antes e que se perpetuava. Além disso, existia um sentimento de vingança pela figura de Aramburu, devido aos fuzilamentos que aconteceram em 1956, autorizado pelo general o fuzilamento de dezoito militares e nove civis que realizavam manifestações em uma praça pública.

Esse primeiro ato oficial da organização foi comandado por integrantes da organização, sendo um deles, uma mulher, Norma Arrostito, considerada uma das

⁶ Movimento que apesar de ter sido criado a partir de iniciativas de sacerdotes da Igreja Católica contou com a participação de diversas mulheres que se voluntariavam para ajudar nas organizações do movimento, em diferentes paróquias. No próximo capítulo aparecerão exemplos dessas experiências.

fundadoras da organização, fato que permite a reflexão sobre os espaços que as mulheres ocupavam dentro da organização em um momento anterior à criação da frente Agrupación. Perceber a presença feminina no que viria a ser conhecido como o primeiro ato público do grupo guerrilheiro evidencia um estereótipo de mulher a ser seguido para que a organização a considere e a valorize como sujeito revolucionário.

Miguel Bonasso, na sua obra *“Diario de un clandestino”* também define o assassinato do general Aramburu, acontecimento que ficou conhecido como *“Aramburazo”*, como o acontecimento que marcou o início das ações montoneras. Porém, desde 1968, já aconteciam reuniões para discussões políticas entre jovens que integravam em sua maior parte a Juventud Obrera Católica (JOC), como Mário Firmenich e Gustavo Ramos e jovens que não participavam de grupos definidos e só se consideravam de esquerda, como Carlos Maguid. Fernando Abal Medina foi o único dos fundadores proveniente do Movimiento Nacionalista Tacuara (MNT)⁷, A revista *“Cristianismo y Revolución”* também teve participação importante formação do grupo guerrilheiro, já que muitos dos que trabalhavam na revista se vincularam ao grupo Montonero.

Existiam dois núcleos fundadores, primeiro o de Córdoba e em seguida o de Santa Fé, ambos procediam do cristianismo progressista e da esquerda nacional (GASPARINI, Juan, 1988). O peronismo se percebe com novos membros, o que proporcionou ao movimento um alargamento de discursos, em especial os advindos do catolicismo e do nacionalismo. Romero também ressalta mais uma questão que envolve essa nova fase do peronismo: a esquerda que se via definida pelo caminho revolucionário precisou se adequar à “religião” depois de compreender que a única possibilidade de se chegar ao socialismo era através do apoio dos trabalhadores, que em sua maioria eram peronistas e católicos.

Necessário também refletir sobre a formação dessa nova esquerda que começa a emergir a partir da década de 1950 e compreende que os “países de terceiro mundo” são produto de um imperialismo que subtrai dos países latino-americanos as suas capacidades de se erguer política e economicamente de forma autônoma. O anti-imperialismo está no cerne da formação da organização Montoneros que se coloca como uma frente de oposição ao regime ditatorial instaurado na Argentina e que acredita que a única forma viável de governo

⁷ O Movimiento Nacionalista Tacuara foi um grupo de extrema direita que inicia suas ações em 1958, na cidade de Buenos Aires. Durante os anos posteriores à sua criação sofreu divisões por parte dos conservadores católicos e dos que buscaram se conectar com o peronismo e os movimentos sindicais peronistas. De acordo com Daniel Lvovich, esse segundo grupo se fundamentava em uma ideologia autoritária, corporativista, antidemocrática e antissemita; no entanto, também era anti-imperialista, populista e, em algumas ocasiões, anticapitalista (LVOVICH: 2009 p. 45).

é o socialismo. Para, além disso, a análise dessa nova configuração de esquerda permite uma reflexão sobre o caráter não monolítico e heterogêneo que forma o pensamento político montonero. A organização abrigava uma gama considerável de tradições e expectativas, o que também traz à luz uma fase do peronismo que estava reformulando seu pensamento e estratégias políticas. Além disso, a organização surge como uma resposta à tentativa cada vez mais crescente, desde 1955, de apagar a identidade política do peronismo.

A conquista do espaço feminino dentro do peronismo

Juan Domingo Perón, ainda como secretário do Trabalho e Segurança Social, em 1944, através da Secretaría de Trabajo y Previsión criou a Dirección de Trabajo y Asistencia de la Mujer que viria ser liderada por Lucilia De Gregorio Lavié. Essa direção ficou responsável por avaliar a situação da mulher argentina e criar medidas que pudessem dar a devida assistência à essas mulheres. Importante avaliar que mesmo que houvesse a intenção de pensar sobre os problemas que assolavam a vida das mulheres na Argentina, o que se propunha era uma resolução de problemas que envolviam, principalmente, a situação familiar, reiterando que o espaço doméstico é de total responsabilidade da mulher e que a proteção da família se encaixa como uma política de interferência direta na vida dessas mulheres. Associar a condição da mulher dentro de uma sociedade, reafirmando que somente o espaço doméstico lhe é permitido, não colabora para o seu processo de emancipação política e muitas vezes reforça a narrativa de que somente determinados espaços devem ser ocupados por elas.

A figura de Eva Perón foi fundamental na construção da mentalidade defendida por seu marido. Ela representava um ideal de feminilidade a ser seguido, que relembra as mulheres argentinas como se comportar perante o lar. Nesse sentido percebe-se que Eva fazia parte de uma articulação pensada por Perón para fortalecer o argumento de que as mulheres importavam para o Movimento Peronista. Maria Helena Capelato ao estudar a propaganda política no peronismo discorre sobre o “mito Eva” que se constrói na Argentina do período. De acordo com a autora:

(...) a proposta de revolução redentora anunciada no golpe de 1943 apresenta como ideal a construção da sociedade unida e harmônica, organizada a partir do líder Perón. A ele cabia a missão salvacionista. O mito Eva é forjado no bojo dessa política. A presença da figura feminina encarna, nesse quadro, o papel da redentora (CAPELATO: 1998 p.269).

Eva, em seus discursos, e posteriormente em seu livro autobiográfico mostra que sua participação na política e nas atividades que desenvolvia aconteciam sob a tutela de seu

marido e líder. Essa ideia de submissão é exemplificada em suas ações, em que os humildes se tornaram sua maior preocupação e motivo de luta, reforçando o estereótipo da mulher que deve cuidar de todos ao seu redor.

As mulheres se apresentaram como personagens políticas ativas dentro da sociedade argentina a partir de uma intensa campanha pelo sufrágio universal, que lhes garantiu o direito ao voto em 1947. A partir dessa data as mulheres argentinas podiam votar e também serem votadas. A importância do peronismo para a consolidação desse direito, principalmente fomentado na figura de Eva Perón é evidente, porém, se torna importante analisar a relevância da incorporação dessas mulheres no campo eleitoral para a reeleição de Perón nos anos seguintes. Essa adesão por parte das mulheres ao peronismo serviu como sustentação política do peronismo, principalmente a partir da criação do Partido Peronista Feminino, que se constituía como uma seção do Partido Peronista, que foi criado em julho de 1949 e que de acordo com Carolina Barry foi crucial para que Perón obtivesse sua reeleição para o segundo mandato presidencial.

O PPF era presidido por Eva Perón e alcançou um poder impensado para uma mulher em meados do século XX. (BARRY, Carolina: 2009, San Pablo, p. 2). O PPF liderado por Eva Perón⁸ antecede a formação da Rama Feminina dentro do Movimento Peronista e levanta questões sobre quais eram as reais preocupações para com as pautas femininas. O que Perón propunha, antes do voto feminino ser garantido, era uma interpretação de sociedade, em que a necessidade de aproximar a mulher argentina da doutrina justicialista era fundamental para a consolidação do peronismo. Mas o que de fato foi pensado para a melhoria da condição da mulher dentro da sociedade argentina?

No trabalho da historiadora Júlia Aleksandra Kumpera, ao falar sobre a atuação de Eva Perón dentro do PPF, ela relaciona o papel da mulher dentro do partido com a necessidade de “remissão da mulher” ao dizer que:

(...) no PPF as mulheres deveriam servir aos demais de “forma fraternal e generosa”, pois este consiste em seu destino irremediável – dedicar-se a si mesmo consitui uma característica masculina e aí recai o medo de Eva (KUMPERA: 2016 p.47).

Pensar a introdução da mulher dentro das organizações guerrilheiras a partir da formação de uma nova esquerda pós-1950 é também pensar nas limitações que essas participações femininas sofriam dentro das mesmas. Garantir-lhes direito de entrada, não necessariamente lhes possibilitava uma atuação direta dentro das decisões das organizações e muitas vezes lhes colocavam em situações de submissão e subserviência. Locais que já eram

⁸ O PPF foi liderado por Eva Perón desde sua criação em 1949, até 1952 quando Eva morre.

experenciados por essas mulheres, em outros moldes, na sociedade na qual estavam inseridas. A criação do PPF permitiu, inegavelmente, uma maior participação política das mulheres peronistas dentro da sociedade civil, mas a partir de um molde conservador e limitado, como ressalta Dora Barrancos ao mencionar uma das publicações da revista *Sección Femenina*, publicada em Madrid, em que Eva Perón teria também se inspirado:

La vida de toda mujer, a pesar de cuanto ella quiera simular – o disimular-, no es más que um eterno deseo de encontrar alguien a quien someterse. La dependencia voluntaria, la ofrenda de todos los minutos de su vida, de todos los deseos y las ilusiones, es el estado más hermoso, porque es la absorción de todos los malos gérmenes – vanidad, egoísmo, frivolidad – por el amor (MEDINA, Revista de La Sección Femenina, 13 de agosto de 1944).

Esse tipo de narrativa sobre o papel da mulher dentro de partidos políticos sustenta a ideia de que existe, de fato, um único papel que deve ser exercido por essas mulheres, em que tudo que escape do padrão heteronormativo, da maternidade e da manutenção do lar, não é considerado como um espaço legítimo de ocupação feminina.

Mesmo que se perceba uma tentativa de inserção controlada dessas mulheres através do PPF na vida pública, as unidades básicas formadas pelo partido na capital e nas províncias de Buenos Aires possibilitaram ações sociais, culturais e educativas que aproximaram mais mulheres às causas políticas e viabilizaram a emancipação parcial dessas mulheres, colocando-as em contato com outras mulheres e criando uma rede de pensamento feminino, que se esgotou com a morte da sua fundadora, Eva Perón, em meados de 1952.

A Rama Feminina foi criada em 1954, após o estabelecimento de uma *Carta Orgánica* pelo peronismo, em que várias modificações foram introduzidas no movimento, entre elas a mudança de nome de PPF para Rama Feminina (GRAMMÁTICO: 2012 p.17). Grammático é assertiva em seu trabalho ao dizer que a criação da Agrupación Evita mantinha um objetivo de tornar a organização Montoneros presente dentro da Rama Feminina. Nesse sentido, os objetivos da organização não parecem tão explícitos quando na criação da Agrupación, a narrativa é somente de que mais espaço político deveria ser concedido a essas mulheres para que elas pudessem manter um contato mais direto com o público feminino das periferias argentinas. Essa tentativa de conseguir mais influência dentro da Rama a partir da criação do frente feminino dentro da organização também fomenta a ideia de que a organização precisava de mais apoio dentro do Movimento Peronista.

A partir de 1970 acontece uma reorganização dentro da Rama que, desde a derrocada de Perón, em 1955, passou por um momento de pouca atuação política, assim como outras frentes peronistas. María Estela Martínez de Perón, então esposa de Juan Domingo Perón,

também conhecida como Isabel, ou Isabelita Perón, se dedicou a partir de uma estadia na Argentina, em 1971, à Rama, no sentido de reestruturar e definir novos papéis para a frente feminina. Ainda no mesmo ano, foi realizado o II Congresso Nacional De La Rama Feminina, na cidade de Buenos Aires, na sede do Club Boca Juniors. O evento foi presidido por Isabel Perón e teve a participação de duas mil delegadas de todo o país (GRAMMÁTICO: 2012 p. 30). A maioria das jovens que participaram do evento eram integrantes da Juventude Peronista, frente que a pouco havia se consolidado, mas que representava uma força mobilizadora dentro do MP. A Juventude Peronista⁹ era considerada importantíssima na nova configuração da vida política que se formava na Argentina da época. Ainda nesse aspecto é possível analisar certa insatisfação por parte dessas mulheres da Juventude que não se identificavam com as pautas até então defendidas pela Rama e enxergava nela uma falta de mobilização perante o Movimento Justicialista como um todo.

Desde a década de 1960 Perón, ainda no exílio tentava dar uma nova cara ao Movimento, buscando a formação de jovens dirigentes, que em um futuro próximo iriam estar na condução do Movimento (GRAMMÁTICO: 2012 p.25). Essa tentativa de Perón surte efeitos concretos dentro do Movimento. No II Congresso Nacional de La Rama Feminina, em 1971, algumas das lideranças presentes questionaram a participação dentro da Rama de mulheres que integravam os setores juvenis do Movimento. Grammático cita a intenção de disciplinar as mulheres do Movimento a partir de uma abertura na Rama para que as mulheres dos setores juvenis fossem incorporadas a frente. A partir da leitura do livro e dos discursos dos homens do Movimento é possível perceber que existia uma necessidade de determinar o que deveria ser executado por essas mulheres, mas que não necessariamente era obedecido por elas.

Esse caráter repressor e autoritário dentro das organizações torna-se expressivo porque se percebe um padrão de comportamento por parte das figuras masculinas dentro das organizações guerrilheiras para com as mulheres que também integravam os grupos, em especial na década de 1970, período em que o número de mulheres dentro desse tipo de organização foi marcadamente maior do que em períodos anteriores. A militância representava uma aposta em uma figura viril, determinada e que estivesse disposta a se sacrificar, artifícios e qualidades que são sempre relacionadas ao gênero masculino dentro das

⁹ A Juventud Peronista reúne o setor juvenil do Movimento Peronista e foi criada a partir de um desdobramento da Organização Montoneros que pretendeu ampliar sua inserção nos segmentos mais populares para conseguir mais espaço dentro MP. Foram criadas agrupações e a JP foi umas delas, se tornando a mais forte e influente das agrupações e que atraiu milhares de jovens ao Movimento. Foi nesse momento que a Agrupación evita também criada.

sociedades patriarcais. Mesmo que o PPF tenha sido criado ainda na década de 1950 e existisse uma iniciativa por parte do Movimento Peronista de incitar as mulheres para a vida política, a partir de uma movimentação que se inicia com a luta pelo sufrágio feminino com Eva, o que é produzido como consciência social de gênero dentro do Movimento é quase não identificada. Eva Perón, na década de 1950, subordinava a atuação das mulheres às lideranças masculinas, valorizando a ideia de que as mulheres devem lidar com seus relacionamentos e lares com cautela, sempre se colocando a disposição dos anseios de seus companheiros. As imagens que se constroem ao redor da figura de Eva são muitas, mas todas têm como núcleo comum a feminilidade ideal (CAPELATO: 1998 p. 269).

Norma Arrostito, nome feminino de impacto dentro da organização Montoneros, foi tema de uma pequena matéria no jornal “El Descamisado”, na edição de 14 de março de 1973, com o seguinte título: “El pueblo la envolvió em um abrazo montonero”. A matéria fala sobre a volta da integrante à Argentina, em um período de intensa movimentação política. Um dos parágrafos diz:

Ayer, en Atlanta, la aparición de una figura femenina cerró el círculo de un grupo que supo de la época más dura. Norma Ester Arrostito. Un nombre poblado de misterio. La imagen más acabada de las hijas de Evita. La compañera que se coloca al lado del hombre y comparte con él todos los aspectos de la militancia (EL pueblo la envolvió em un abrazo montonero. El Descamisado, Buenos Aires, 14 de março de 1973).

O trecho da matéria fala sobre a companheira (Norma Arrostito) ter se colocado ao lado do homem (integrante da organização) e ter compartilhado com ele todos os aspectos da militância, sugerindo que a mulher que integra a organização devesse estar sempre ao lado do homem montonero, reforçando a ideia de que a mulher guerrilheira precisa estar sobre a tutela do homem guerrilheiro para que sua presença seja legitimada dentro da organização. O parágrafo seguinte diz: “*Si el peronismo pudo generar una compañera como Evita, qué menos se le puede pedir a una organización peronista que dar cabida en su seno a las compañeras.*” Pensar que o peronismo “gerou” uma companheira como Evita, sugere uma falsa noção de que as mulheres precisam ser moldadas e construídas a partir de um intelecto masculino para que estejam aptas a atuarem na vida política.

Os discursos de Perón sobre a situação da mulher argentina desde seu primeiro mandato é permeado de falas sexistas, em que o papel a ser exercido pela mulher deve ser realizado a partir de um espaço bastante localizado, o doméstico. No discurso de Perón às delegadas do Movimiento Nacional Justicialista, no dia 27 de agosto de 1973, um mês antes da formação da Agrupación, evidencia uma inexistência de transformação de narrativa sobre o “papel da mulher peronista”.

Por eso digo que la mujer. en estas circunstancias, tiene una tarea extraordinaria que realizar. Es curioso: cuando en las comunidades y en los pueblos la mujer se dedica solamente a los menesteres de su propia casa y abandona las posibilidades de ser útil a esa comunidad, el país renuncia a la mitad de su verdadera riqueza, porque hoy, como en todos los tiempos. la mayor riqueza de un país reside en sus propios habitantes (Perón convoca a la mujer: 1973.)

Perón sabe que ao se dirigir diretamente à mulher, revelando assim sua importância perante a sociedade argentina, muitas mulheres que se compreendiam como peronistas se sentiriam no dever de ser organizar a fim de cumprir o que lhes foi pedido.

O mesmo discurso é motivo de análise para Grammático, quando corrobora com a ideia de que as falas do general reforçavam as estruturas patriarcais que já moldavam a sociedade argentina e que determinavam à mulher funções que envolviam a criação dos filhos, desconsiderando as possibilidades da figura paterna em relação a criação do filho e a organização do lar. Os discursos do general às mulheres argentinas se apresentam como uma possibilidade de tirar a invisibilidade da vida doméstica enfrentada por essas mulheres, mas reforça como essas atividades são de importância fundamental para a construção de uma nação almejada pelo Movimento Justicialista, sem reconhecer que essas atividades representam um trabalho formal que não é remunerado.

Sobre a questão do trabalho doméstico não remunerado, Silvia Federici, em seu livro “O ponto zero da revolução” mostra como as relações de trabalho nas sociedades capitalistas usufruem do trabalho doméstico não remunerado para fomentar e fortalecer suas estruturas ao compreender que esse trabalho permite que a população se forme e tenha uma base de criação para então atuar na vida pública. Federici traz à luz, em sua pesquisa, que os atributos normalmente relacionados à feminilidade são na verdade funções de trabalho que ao serem mantidas sem remuneração reforçam a divisão da classe trabalhadora. Para além disso:

A questão da reprodução, compreendida como o complexo de atividades e relações por meio das quais nossa vida e nosso trabalho são reconstituídos diariamente, tem sido o fio condutor dos meus escritos e ativismo político (FEDERICI: 2019).

Entender que as relações reprodutivas fazem parte da sustentação do capitalismo é de fundamental importância para que a situação da mulher nas sociedades ocidentais capitalistas seja compreendida. Na capacidade reprodutiva das mulheres também está o fato de que essas mulheres passam a ser controladas socialmente e economicamente por causa de uma condição biológica de seus corpos (a questão da maternidade dentro da organização Montoneros será debatida no capítulo seguinte de forma mais aprofundada).

Essa dualidade no discurso peronista permite que os espaços ocupados por essas mulheres dentro da organização sejam sempre motivo de avaliação e reavaliação. Como se suas atividades exigissem fiscalização pela sua “falta” de prática ou intensa vontade de participar de ações que “não lhe são permitidas”, pautadas em um argumento sexista por parte dos homens da organização. Mesmo que essas mulheres tenham vivido uma experiência de aproximação com uma vida política mais atuante, a organização não dá conta de possibilitar a essas mulheres um espaço de total autonomia, quando controlam em diversos momentos suas pautas e atividades.

Sobre as pautas levantadas pela Rama e posteriormente pela Agrupación existem diferenciações quando se analisa a criação da Rama, em 1954, e também a sua reestruturação após 1970. A Agrupación justificava sua criação na necessidade de desenvolver uma frente que se organizasse de forma exclusivamente feminina e que buscasse atuar de forma mais direta em meio à sociedade argentina. A Rama Feminina desde sua criação, de acordo com Grammatico, mesmo que se apresentasse como um coletivo de mulheres, não se aprofundava nas questões políticas que envolviam a realidade das mulheres argentinas, se distanciando, em certa medida das questões de gênero, como algumas das integrantes testemunharam no futuro.

A partir do peronismo, as mulheres tiveram oportunidades de vivenciar a política de forma mais concreta e legítima, principalmente após a conquista do direito ao voto. Porém, em demasiadas vezes a historiografia tende a interpretar momentos e fatos históricos a partir de um lugar que não analisa as experiências femininas. Nesse período em que o peronismo sofria uma reestruturação e a juventude peronista era vista como uma possibilidade de reinserção do peronismo nas massas, as mulheres que integravam diferentes frentes peronistas também estavam se organizando a fim de cuidar de pautas que envolviam a situação da mulher argentina, principalmente as periféricas, o que de alguma maneira resultou em uma atenção maior por parte dessas mulheres para o Movimento Peronista.

Percebe-se que a criação do PPF e sua atuação como Rama Feminina foram, primeiramente, uma tentativa de seu líder, Perón, de popularizar suas obras e garantir uma perpetuação de seus feitos por meio da participação feminina. Todos os acessos que essa experiência partidária possibilitou a essas mulheres – de uma vida pública e política – partiu das intenções e articulações feitas pelas então delegadas designadas, que além de fazer um trabalho de doutrinação acabaram por criar redes de pensamento feminino que permitiram que as experiências dessas mulheres gerasse uma dinâmica de reconhecimento e, a partir disso, que novas pautas fossem levantadas. O PPF possuía características que se mantinham

na figura de Eva Perón, no qual o papel social da mulher deveria ser mantido através do zelo e da garantia de feminilidade por parte das mulheres. Em suas trocas diárias, essas mulheres puderam então perceber semelhanças e diferenças em suas realidades e criar novos diálogos sobre seus ensejos.

CAPÍTULO 3 - A formação da Agrupación Evita, o feminismo de Segunda Onda e sua relação com a esquerda armada

A criação da Frente feminina que recebeu o nome de Agrupación Evita foi motivo de certa tensão entre as mulheres montoneras. Algumas delas não entenderam a criação da Frente como uma oportunidade de maior articulação entre si e sim como uma forma de exclusão, por parte dos companheiros de guerrilha, das reuniões e ações de maior relevância. Outras não viam a necessidade de criação da frente que fosse exclusivamente feminino. Já outras compreendiam que através dessa forma de organização própria das mulheres, suas demandas poderiam ser mais prontamente discutidas e atendidas pela organização. Esse capítulo pretende analisar as experiências das mulheres montoneras a partir da Agrupación Evita e analisar suas demandas, relacioná-las com o feminismo de Segunda Onda que também teve seus desdobramentos na Argentina e, com essa análise, perceber como a organização de esquerda armada entendia e integrava as mulheres em seus frentes.

A primeira apresentação oficial da nova Frente feminina, intitulada Agrupación Evita, aconteceu no dia 19 de setembro de 1973, na Plaza Onze, onde milhares de pessoas se reuniram para apoiar a candidatura de Perón. Foram entregues panfletos pelas integrantes, que falavam sobre os objetivos da Frente e sobre os trabalhos políticos direcionados às mulheres que seriam iniciados. Além disso, os panfletos tratavam dos motivos que levaram à criação da Agrupación, voltados exclusivamente para pautas que envolviam a situação da mulher argentina, que devido às suas atribuições domésticas não podiam se dedicar a outras atividades de forma integral.

As mulheres que integravam a organização Montoneros eram mantidas em uma esfera de descrédito intelectual por não estarem suficientemente inteiradas dos assuntos políticos que envolviam a organização e por não terem tempo hábil de se dedicarem a essa tarefa. As agendas de trabalhos mantidas dentro da organização mostravam diversas problemáticas, nas quais as mulheres somente exerciam tarefas a partir de uma subordinação que as colocava em espaços de pouco prestígio e sem vínculos diretos com as atividades políticas.

Os discursos apresentados pelas mulheres integrantes da Agrupación eram pautados prioritariamente nas condições de vida das mulheres periféricas, nas relações maternais, e traziam ao debate público questões domésticas que até então eram sentidas no dia-a-dia somente pelas mulheres. Essas demandas levantadas pelas montoneras vão ao encontro do que também é questionado a partir da Segunda Onda Feminista, o privado passa a ser assimilado como espaço de construção política. As mulheres montoneras estavam até então inseridas em

uma narrativa peronista que reafirmava que o principal papel da mulher como integrante do Movimento era o da manutenção de um lar saudável que servisse de suporte aos homens, que são os sujeitos que de fato iriam agir politicamente.

A partir de discursos publicados pela organização Montoneros é possível identificar uma discordância entre aquilo que a Agrupación começa a reivindicar e aquilo que a organização pretendia que fosse executado pelas mulheres montoneras na nova Frente. Essa divergência se dá pelo evidente sexismo presente na organização, que tenta através da valorização de um discurso que separa a sociedade em “exploradores” e “explorados”, sem considerar as subjetividades desses sujeitos, impor uma realidade de atuação às mulheres da organização. Utilizando de uma narrativa em que homens e mulheres devem lutar juntos pelo fim das desigualdades sociais, se baseavam no humanismo e alegavam que a luta deveria ser em nome de todos os explorados, negligenciando as subjetividades dos sujeitos e negando a existência de uma estrutura que colocava a mulher em posição inferior ao homem.

Os discursos dos homens da Organização expostos às mulheres montoneras da Agrupación, mesmo ao tratarem de temas diversos, em sua grande maioria, aludiram à questão materna e colocaram a mulher peronista como figura importante por ser responsável pela criação de seus filhos, desde que a educação transmitida fosse pautada em uma formação com ideais peronistas, que os formasse para a luta da Libertação Nacional. Valorizar a mulher pela forma como eram criados seus filhos e pela capacidade de gerar “novos soldados para Perón” era valorizar seu corpo pela sua capacidade reprodutiva, questão que coloca a mulher em local de controle pelos homens, desde que se tem conhecimento sobre a história reprodutiva dos corpos femininos.

Essa objetificação dos corpos femininos estava na base dos discursos montoneros que tentaram sujeitar essas mulheres a cumprirem papéis que envolviam a maternidade - o que elucidava a questão da maternidade compulsória - o lar e cuidados gerais com a manutenção doméstica dos espaços utilizados pela organização. Nesse sentido, a interlocução entre mulheres montoneras e mulheres que participavam dos movimentos feministas do período – em especial dos movimentos de vertente marxista – é fundamental para perceber uma intelectualidade crescente entre essas mulheres sobre o entendimento e controle de seus corpos.

No texto de Joan Scott, *“Gênero: uma categoria útil de análise histórica”*, ao falar sobre as abordagens na análise de gênero, a autora as divide em três, a primeira delas foi uma tentativa feminista que se dedicou em compreender as origens do patriarcado, a segunda

possuiu um compromisso com as críticas feministas que se fundamentaram em uma tradição marxista, já a terceira foi dividida naquelas que se fundamentaram no pós-estruturalismo francês e as que se dedicaram às teorias anglo-americanas, para analisar a produção e reprodução das identidades de gênero do sujeito. Quando a autora se dedica em explicar cada uma das abordagens ela menciona a fala da teórica Catherine MacKinnon, que fala sobre a objetificação do corpo da mulher, em que ao expressarem a experiência partilhada de objetificação, essas mulheres são levadas a compreenderem sua identidade comum e são conduzidas à ação política. (SCOTT, 1995, p.77). A fala de MacKinnon mostra que a prática das mulheres montoneras de se reunirem para partilharem suas experiências como mulheres foi uma prática produtora de ação política, que possuiu capacidade de transformação da realidade em que elas estavam inseridas. E que por mais que as mulheres montoneras não se considerassem feministas em suas falas, de uma forma não consciente ou inteligível puderam experimentar de práticas comuns de movimentos feministas do período.

Situar o Feminismo de Segunda Onda ou a Segunda Onda Feminista se torna relevante nesse contexto. Importante ressaltar que o momento em que essa nova onda foi percebida nos Estados Unidos e na França, também foi possível identificar um crescimento significativo de outros movimentos sociais e coletivos em um contexto de Guerra Fria, como resalta Antonella Delmonte:

Es una época signada por el desarrollo de movimientos sociales que defienden los derechos civiles de distintos sectores de la sociedade relegados, como los movimientos de pueblos oroginarios, etc. Es también, la época de sucesos de especial importancia a nivel político y social, como fueron la Revolución Cubana, el Mayo Francés, la guerra de Vietnam y los movimientos de descolonización de Asia y África (DELMONTE, 2012, p.17).

Dentro do Movimento Peronista, Eva Perón foi figura fundamental na construção de uma identidade política, em que a luta por mais direitos aos trabalhadores era o maior objetivo a ser alcançado. Eva apresentava ao povo argentino a possibilidade de se conectar à política, mesmo para aqueles que até então acreditavam que isso não poderia ser uma realidade. O voto feminino na Argentina também foi garantido através de uma intensa movimentação encabeçada por Eva, que compreendia que uma maior participação feminina na política tinha importância para o Partido Justicialista, no sentido de ampliação da base do eleitorado, mesmo que suas falas não mencionassem diretamente isso e fossem mais voltadas para a questão da emancipação política das mulheres argentinas.

Karin Grammatico menciona a história de cinco mulheres montoneras que foram designadas para integrarem a Agrupación e que vivenciaram esse acontecimento de formas

bastante distintas. A maioria das jovens que recebia a notícia de que iriam integrar um frente exclusivamente feminino recriminava a decisão e compreendiam que essa ordem designava uma “despromoção” dentro da organização, e por outras era visto como um castigo. A partir de alguns depoimentos das ex-integrantes a autora elucida a questão de que essas mulheres passaram se dirigir somente a outras mulheres e isso acabou por gerar um sentimento de limitação, impedindo que elas tomassem frente de assuntos considerados mais relevantes. Grammático diz que dessa forma:

El trabajo com mujeres era visto como algo menor, no como la expresión de una verdadera política revolucionaria. Además, el nuevo destino político las alejaba de la “Juventud”, el que se suponía el más potente ámbito para la política revolucionaria (GRAMMÁTICO, 2012, p.58).

Essas diferentes reações expõem as subjetividades que envolveram essas mulheres que integraram a organização e que possuíam perspectivas heterogêneas com relação à quais deveriam ser os papéis a serem ocupados por elas dentro da organização. Essa divergência também apresenta alguns posicionamentos que não vão de encontro com o pensamento feminista do período e por isso é importante a análise dessas narrativas. Mas independente do posicionamento dessas mulheres que integravam a Frente percebe-se que não havia uma valorização do posicionamento dessas mulheres, que independente do que pensavam da criação da Agrupación, não possuíam voz ativa para decidirem onde gostariam ou não de permanecer.

Nos depoimentos acessados através do texto de Grammático, em especial o de Patrícia Astellarra¹⁰ é possível perceber que uma maior proximidade da mesma com as demandas das mulheres do seu bairro fizeram com que seu envolvimento com a Agrupación acontecesse de forma mais orgânica e sem dificuldades. Patrícia via no novo frente a possibilidade de lidar com a questão feminina de maneira mais combativa. Isso mostra que a dificuldade encontrada por outras mulheres montoneras em se dedicar ao grupo se encontrava na falta de contato e ou experiências que possibilitassem uma análise mais complexa da realidade enfrentada pelas mulheres argentinas de classes sociais diferentes das delas.

Nesse sentido, a autora apresenta o depoimento de Marta Álvarez¹¹ que tinha dezenove anos quando ingressou na organização Montoneros. Marta fala sobre a dificuldade de envolver as mulheres de bairros carentes na pauta sobre a “Liberación Nacional”, quando ao entrar em contato com essas mulheres o que se percebia era que, na maioria das vezes,

¹⁰ Ler mais em: Mujeres Montoneras: Uma História de la Agrupación Evita 1973-1974, p.59.

¹¹ Ler mais em: Mujeres Montoneras: Uma História de la Agrupación Evita 1973-1974, p.59.

essas mulheres eram mães solteiras, não por escolha, com baixíssimas rendas e que eram um exemplo vivo do que o “sistema” – que elas tentavam destruir – fazia com as pessoas. E ela (Marta), que vinha de uma família de classe média, em que os pais já atuavam na luta armada, se viu distante da realidade enfrentada por aquelas mulheres que ela deveria convencer com seu discurso político. Esse depoimento exprime qual era o retrato das mulheres que, majoritariamente, integravam as organizações armadas do período. Mulheres de classe média e classe média alta. Que possuíam ensino escolar completo e que já estavam na universidade.

“Montoneros una história”, o documentário de Andrés Di Tella e a experiência de Ana Maria Testa como montonera

O documentário “*Montoneros, una história*” de Andrés Di Tella, cineasta argentino conhecido por seus trabalhos que se baseiam na memória, mostra depoimentos de alguns ex-integrantes da organização Montoneros. Um dos depoimentos mais extensos apresentados no documentário é o de Ana Maria Testa, que integrou a Juventud Universitaria Peronista (JUP) e posteriormente a organização Montoneros, onde chegou a ser responsável pelas faculdades da Zona de Resistência organizadas pela Federación de Estudiantes Universitarios de la UNE (FUNE). Ana Testa menciona no documentário uma situação em que sua filha lhe pergunta como ela poderia pensar em tudo aquilo aos dezessete anos? Ana diz que o que a motivou aos pensamentos revolucionários no período seriam os mesmos que a motivariam agora, com a exceção de que antes ela acreditava em mundo ideal. A fala de Ana revela uma motivação que era comumente mencionada por outros jovens que integraram organizações de luta armada.

A ex-integrante da organização havia recém entrado para a Universidad del Chaco, como relata um antigo professor de Ana, que também dá seu depoimento no documentário e que ao mencioná-la fala sobre sua beleza no tempo em que participava da luta armada. A fala do professor reforça a narrativa de representação das mulheres, na qual a aparência e as atribuições físicas são motivo de análise quando as histórias dessas mulheres são recontadas. Dizer que Ana estava ou não dentro dos padrões de beleza dele não modifica a experiência de Ana como ex-integrante da organização. Porém é possível analisar essa fala através de outra ótica a que evidencia que as características dos corpos femininos são motivo de percepção aparente pelos homens que pensam essas mulheres a partir desse descolamento de espaços, do doméstico para o público. E, além disso, percebe-se uma necessidade de relacionar suas características físicas às suas capacidades como guerrilheira.

Em outro momento do documentário em que Ana relata sua vivência ao lado de seu companheiro Juan Carlos Silva – também integrante da organização e atual desaparecido político – imagens dos dois juntos e de sua filha são exibidas. De todas as imagens, nenhuma delas mostra Ana realizando alguma atividade que parecesse ter vínculo com a organização, sendo que ao falarem de Juan Carlos, imagens dele falando em palanques à diversas pessoas são exibidas. Existe, todavia, o argumento de que não existam fotos de Ana realizando essas atividades que envolviam a organização, o que também evidencia outra questão, a de que as mulheres normalmente não exerciam atividades que tivessem visibilidade ou relevância reconhecida para que fossem fotografadas. Nos jornais analisados, são poucas as imagens que mostram mulheres montoneras em espaços de prestígio ou de poder. Quando aparecem são imagens das mulheres que têm algum prestígio dentro do MP, como Eva Perón, e no caso da organização montoneros, a de Norma Arrostito.¹²

Ainda no momento em que Ana relembra sua experiência com seu companheiro Juan Carlos, as imagens exibidas mostram Ana ao lado de Juan e sua filha, ou apenas de Ana com a filha. Esses momentos entre mãe e filha, companheiro e companheira com os filhos são observados em imagens de outros casais que participavam da luta armada na década de 1970. Havia uma narrativa peronista que enxergava o nascimento de crianças de pais peronistas como o nascimento de mais um soldado para a luta revolucionária que engendraria o socialismo na Argentina. Em um trecho do documentário um dos hinos cantados pelos guerrilheiros montoneros é cantado por Chiqui Falcone, um ex-integrante da organização, uma parte da canção diz: *“La maria era socialista e pariu um hijito montonero e socialista”*¹³. Mais uma vez, o corpo feminino sendo retratado como um espaço de utilidade pública, colocando a mulher no local determinado da reprodução e do serviço à nação, que ao parir um filho, dá a nação mais um peronista e à organização mais um montonero. Importante também ressaltar que a canção fala de um “hijito”, perpetuando a noção de que ter filhos do sexo masculino concede honra à mulher e garante a perpetuação do peronismo.

O feminismo de Segunda Onda e as experiências das mulheres montoneras

Pensar uma maior participação das mulheres nos grupos de luta armada permite associar uma maior liberdade e autonomia por parte dessas mulheres dentro da sociedade nas quais estavam inseridas. O que torna importante a análise que compreende a relação entre os

¹² Ver jornal “El descamisado”, 14 de março de 1973.

¹³ Depoimento de Chiqui Falcone (00:29:47)

efeitos do feminismo e a luta armada, mesmo que o ingresso de mulheres nas organizações de luta armada não seja necessariamente uma consequência direta das conquistas dos movimentos feministas anteriores. O final desse capítulo pretende analisar o impacto do Feminismo de Segunda Onda, nas formas de existência das mulheres argentinas e a forma como o peronismo proporcionou a possibilidade de uma experiência política mais ampla às mulheres, ao mesmo tempo em que as limitava com os mesmos discursos.

O Feminismo de Segunda Onda como ficou conhecido, não surge como um acontecimento isolado na década de 1960. Nesse mesmo período outros coletivos e movimentos sociais que reivindicavam questões de raça e classe eclodiram no mundo inteiro. Antonella Allasia cita em seu artigo, “*La agenda feminista argentina en los 70 y 80: continuidades e rupturas*”, que essa foi também:

(...) La época de sucesos de especial importancia a nivel político e social, como fueron la Revolución Cubana, el Mayo Francés, la guerra de Vietnam y los movimientos de descolonización de Asia e África. A su vez, se desenrolla en Estados Unidos el movimineto *hippie*, con sus consecuentes cambios a nivel cultural y social. Es decir, que lo que caracteriza a los mediados y fines del siglo XX es que fue el escenario de grandes luchas políticas y sociales, y del desarrollo de colectivos políticos con intenciones de llevar adelante profundas modificaciones en la sociedad (ALLASIA, 2012).

Essas intenções de modificar a sociedade que Allasia menciona estiveram presentes em diversos países do Ocidente. Um dos desdobramentos dessa movimentação das sociedades civis, que compreendiam a necessidade de transformações em diversos aspectos da vida em comunidade foi uma maior articulação entre os coletivos femininos e feministas que já atuavam, mas que, a partir de uma compreensão que relacionava a condição da mulher com a manutenção de uma estrutura patriarcal gerou uma agenda aos movimentos feministas que pôde se consolidar e ganhar mais visibilidade dentro das sociedades em que estavam inseridos.

Na Argentina, a experiência feminista a partir da década de 1960, como destaca Dora Barrancos mostra que:

(...) Las mujeres que reactualizaron el feminismo, casi a fines de los 60, emplearon un concepto con el que querían distinguirse de los otros movimientos sociales. Se trataba de hacerse de una “conciencia”, recusando la idea de “concientización” por la de “concienciación” ya que éste sonaba a un proceso activo que aludía centralmente al yo reflexivo. Por lo tanto, las acciones que se proponían estuvieron dirigidas a formar una razón crítica que pudiera sacudir la subordinada condición femenina, y para ello lo mejor era proceder mediante grupos de reflexión (BARRANCOS, 2007, p. 239).

Por mais que esse diálogo entre os movimentos feministas e os outros movimentos sociais que se formaram a partir de 1960 fosse importante para os processos de dinamização

interna dos movimentos feministas, a autora chama atenção para outro fato. Essas mulheres estavam na tentativa de encontrarem formas de se consolidarem como um movimento o que sugere que elas sentiam necessidade de criar um espaço de produção intelectual específico para pensar a situação da mulher.

O processo que a autora menciona como a reatualização de uma “concientización” por uma “concienciación”¹⁴ permitiu que o “eu” passasse a ser objeto de análise dessas mulheres. Esse é o momento em que as experiências individuais juntamente com as subjetividades dessas mulheres começaram a ser temas centrais dos debates feministas. A oportunidade de falar e ser ouvida nesses grupos de reflexão deu a essas mulheres a capacidade de se enxergarem umas nas outras e de perceberem que muito do que cada uma pensava viver individualmente estava sendo vivido por um número considerável de mulheres ao seu redor. Barrancos diz que a irradiação da Segunda Onda Feminista irá preferir:

(...) Las sesiones en las que cada participante hacía un examen de su experiencia, de modo que afloraban las narrativas que permitían percibir los impedimentos para la autonomía. El conocimiento mutuo revelaba las semejanzas, y quedaban así disminuidas las diferencias de extracción y de vida (BARRANCOS, 2007 p. 240).

As seções em que as mulheres podiam examinar suas experiências e encontrar novos pontos de reflexão a cerca dos papéis que desenvolviam proporcionaram o entendimento de suas realidades como relevante no âmbito político. As exposições de situações vividas às fizeram questionar o quanto de sua autonomia era ceifada pela sociedade machista na qual estavam inseridas.

Para pensar a interferência do feminismo sob à vida das mulheres da Agrupación é importante que as diferentes vertentes feministas que surgem a partir da Segunda Onda Feminista sejam bem estabelecidas e situadas no contexto argentino, para que a partir do entendimento de qual vertente feminista essas mulheres mais compartilhavam semelhanças, mais possamos nos aproximar de compreender o perfil das mulheres montoneras e, de forma mais geral, a relação entre feminismo e a luta armada na Argentina.

Sabe-se que nesse período o feminismo negro como epistemologia se articula de forma contundente a partir de trabalhos que mostram como as mulheres negras são vítimas de uma dupla forma de repressão, a primeira que envolve o fato de serem mulheres e a segunda o fato

¹⁴ O termo “consciousness-raising” foi utilizado pelas feministas estadunidenses, em meados da década de 1960, para explicar uma prática grupal dentro dos coletivos que consistia em escolher um tema específico e pedir que a partir dele as mulheres dessem seus testemunhos e compartilhassem suas experiências. Depois de dados todos os depoimentos, havia uma exposição de possíveis soluções para os problemas levantados. Essa era uma prática que pretendia fazer com que a mulher se percebe como agente transformadora do espaço no qual está inserida. E essa experiência era possibilitada pelo apoio das diversas mulheres presentes.

de serem negras, dois fatores que as colocam em espaços de maiores violências. Angela Davis e Kimberle Crenshaw são nomes de duas mulheres que deram voz a questão da interseccionalidade. Davis, em seu livro “Mulheres, raça e classe” utiliza o conceito de interseccionalidade para explicar o fato de que os estudos de gênero, classe e raça se relacionam e se perpassam, porque a subjetividade dos seres precisa ser analisada através dessas três chaves para que possa ser compreendida de maneira não superficial.

Barrancos atenta para a questão de que a UFA era majoritariamente formada por mulheres de classe média e que possuíam certo nível de atualização bibliográfica sobre os temas que envolviam a condição da mulher. Em sua obra, ao mencionar a formação dos grupos feministas na Argentina da década de 1970, a autora não faz um recorte racial dessas mulheres. E nesse sentido, outra questão surge ao analisar a questão das mulheres guerrilheiras e das que participavam de grupos feministas argentinos nesse período. Como se dava a participação das mulheres negras na luta armada? E nos grupos feministas do período? Essas perguntas rendem e merecem uma pesquisa que se dedique a respondê-las de forma aprofundada. Mas compreendendo a dimensão das perguntas percebemos que elucidar essas questões nessa pesquisa se tornou relevante para mostrar que mesmo nos trabalhos sobre História das Mulheres, na Argentina, a tentativa de apagamento da história dos afrodescendentes no país geram lacunas historiográficas.

Para compreender melhor a atuação das mulheres negras em ambos os movimentos é preciso uma compreensão macro sobre a situação da população negra na Argentina. Existe uma tentativa de apagamento da história dos afrodescendentes na Argentina que é secular e que faz com que muitos dos afro-argentinos se movimentem no sentido de garantir que a história de seus ancestrais seja contada. O historiador Jean Arsène Yao¹⁵, em seu trabalho intitulado “*Negros en Argentina: integración e identidad*” mostra de forma contundente que a construção da identidade argentina foi pautada no ocultamento fenotípico e cultural dos afrodescendentes que compunham a região. O autor afirma que:

En el siglo XIX y principios del XX, la necesidad de crear un “nosotros” colectivo llevó a los gobernantes a difundir pautas culturales, mitos de origen y un conjunto de símbolos tendentes a la consolidación de una identidad argentina. Los héroes hacedores de la nacionalidad argentina –Mitre, Alberdi, Echeverría, Sarmiento y otros- reflejaron virtudes éticas y las brindaron al imaginario colectivo como una suerte de espejo sobre el que forjar las virtudes nacionales. Promovieron la inmigración europea que permitiría forjar a ciudadanos “blanqueados” en color, y “europeizados” en la mentalidad y costumbres (YAO, Jean Arsène: 2002)

¹⁵ Jean Arsène Yao possui duas linhas de investigações, a primeira sobre a construção intelectual da identidade argentina e a ocultação da presença histórica dos negros e negras e a segunda sobre a etnohistória das populações afrodescendentes da América Latina.

A consolidação da identidade nacional que foi defendida a partir do século XIX se fundamentava nas sociedades europeias. Essa identidade se forjou através de um ocultamento de tudo e todos que não se fundamentavam na lógica branca eurocêntrica. Não à toa, existe até os dias atuais, uma fala que considera Buenos Aires a Paris da América Latina. O autor menciona, inclusive, uma tentativa de promoção da imigração europeia que objetivava um branqueamento da população. Como se os moldes de sociedades europeias, mais especificamente a francesa, fossem um padrão de qualidade a ser seguido.

Ainda hoje, a narrativa que “conta a história dos afrodescendentes” na Argentina resiste em contar que os negros argentinos foram todos mortos na guerra do Paraguai, nas guerras de independência enfrentadas pelo país ou por epidemias. Os negros surgem na mentalidade nacional como escravos que foram dizimados, o que reforça a alienação da população branca sobre o passado do seu país. De acordo com Alejandro Frigerio essa tentativa de construção de identidade nacional “essencializada” propõe um ordenamento “correto” de seus elementos constitutivos. Justificam o presente enquanto constroem um passado legitimador. Ou seja, uma narrativa dominante é construída e assimilada pela sociedade.

Essa construção seletiva do passado argentino também fica evidente no que se produz historiograficamente sobre as mulheres. Durante a pesquisa e análise de trabalhos que estudaram a Agrupación, não foi possível identificar um recorte racial. Essa falta de informação sobre a participação de mulheres negras na luta armada é reflexo da produção historiográfica da região, que insiste apagar sujeitos do passado. Os estudos sobre as mulheres na luta argentina que foram analisados para essa pesquisa pouco fazem menção à raça ou não o fazem e, portanto, a necessidade de mencionar as questões, mesmo que essa não seja a temática principal do trabalho.

Grammático, após a trazer alguns relatos de ex-integrantes da Agrupación, faz uma breve reflexão sobre a forma como essas mulheres puderam vivenciar o que a frase mais emblemática do período dizia: “O pessoal é político” e se aproximar do feminismo mesmo sem se considerarem feministas ou já terem tido contato com algumas das pautas levantadas pelos movimentos feministas. Nesse sentido, é interessante observar que em alguns depoimentos algumas mulheres dizem considerar o feminismo como um grupo de mulheres burguesas, em que seus apontamentos pouco lhes interessavam ou faziam parte de suas lutas dentro da organização Montoneros ou na própria Agrupación. Porém, ao mencionar esse momento de encontro entre os pensamentos femininos da época a autora diz que:

Sin la práctica de la concienciación propia de los grupos feministas de los setenta pero con posibilidad de que las problemáticas más íntimas comenzaran a tallar en las reuniones, las mujeres de la Agrupación Evita dieron lugar a que “lo personal” comenzara a modelar la agenda política del frente (GRAMMÁTICO, 2012, p.89).

A análise de Grammático coloca as vivências das mulheres montoneras em um local de diferença em relação ao que era proposto nos encontros de feministas que participavam de outros coletivos, ao compreender que as mulheres montoneras não colocavam em prática a “concienciación”, ou seja, a experiência de compreender a situação que estavam inseridas a partir da exposição de suas rotinas domésticas e das suas experiências enquanto mulheres. O que interessa nesse ponto é a interpretação de como a experiência das mulheres montoneras a partir da Agrupación foram impactadas pelo feminismo de Segunda Onda, mais especificamente pelas características dessas novas formações feministas que valorizam a experiência e que diferenciava as demandas das mulheres. Essas mulheres, até então, não mantinham uma rede de diálogos ou uma dinâmica que permitisse uma aproximação de suas realidades. A Agrupación foi fundamental não só para que as integrantes da organização compreendessem os espaços que ocupavam dentro da mesma e dos seus lares, mas também para as mulheres periféricas que foram impactadas com a ação das mulheres montoneras, através de ações que envolviam cuidado com a saúde feminina e a saúde de seus filhos.

Barrancos, ao continuar sua reflexão e explorar as atividades feministas na Argentina nas décadas de 1960 e 1970 e ao citar uma pesquisadora - que ela não menciona o nome – diz que:

(...) Mas allá de la situación internacional del feminismo, en nuestro país la nueva década que incorporaba más militantes sociales – y no sólo políticas – a para socorrer a los sectores carecientes, pudo ser un vertiente para el nuevo arraigo feminista del que el MLM era un mojón (BARRANCOS, p. 240).

A autora fala de uma situação que demonstra a proximidade entre as demandas das feministas e das mulheres montoneras. O trabalho realizado pelas mulheres da Agrupación nas comunidades mais pobres envolvia a realidade das mulheres, que em sua maioria eram mães solteiras e que sustentavam o lar de forma integral, ou seja, sem auxílio dos pais biológicos de seus filhos. Além disso, o trabalho das mulheres da Agrupación buscava aproximar a vida dessas mulheres do domínio político e público, onde elas podiam se inteirar dos problemas da comunidade, a fim de lutar por direitos e melhorias. A autora também menciona a história da feminista Gabriela Roncoroni de Christeller, uma jovem italiana, que chegou a Argentina com sua família em 1946. O relato nos interessa porque exemplifica a fragilidade do argumento que diz que as experiências entre mulheres guerrilheiras em nada se

assemelha a das feministas na Argentina na década de 1970. Gabriela Roncoroni foi criada no cristianismo e fazia parte de uma organização católica que se alinhava à Teologia da Libertação (teologia que também está na base da formação da organização montoneros). A autora diz que é a partir de atividades realizadas em comunidades, quase abandonadas na região chaquenha, e de perceber a situação de vida das mulheres e crianças dessas localidades, que Gabriela desperta sua consciência feminista. Esse relato permite pensar no impacto direto que o feminismo traz às mulheres argentinas a partir da década de 1970.

Grammático lida com diversos depoimentos de ex-integrantes da Agrupación, nos quais ficam evidentes como a experiência de participar de uma frente formada somente por mulheres propiciou a diversas dessas mulheres um reconhecimento de que a realidade vivida em seus lares era problemática e limitadora. A violência física e psicológica era sentida por essas mulheres através de seus companheiros, que em sua maioria também integravam a organização. O que a Agrupación possibilitou, além de uma maior atuação política dessas mulheres, foi a oportunidade de perceber a vida doméstica como algo político. “O pessoal é político” se tornou uma das frases mais emblemáticas da Segunda Onda Feminista porque as mulheres por trás desses movimentos estavam reivindicando que a vida que mantinham no âmbito doméstico e privado deveria se tornar pública por diversos motivos. Um deles era pautado no fato de que muitas dessas mulheres viviam situações de violência em seus lares e isso era mantido em sigilo, como se a agressão que acontecesse entre casais no âmbito de suas casas, não devesse ser problema do Estado ou da comunidade.

Outra questão presenciada pelas mulheres da organização foi a ausência do Estado perante as demandas das mulheres dos bairros populares e para com suas famílias. Em diversos relatos das ex-integrantes é possível identificar que os seus trabalhos envolviam reuniões nas casas das mulheres dos bairros pelos quais se dividiam. Nessas reuniões as mulheres dos bairros eram ouvidas e aconteciam debates sobre o que poderia ser feito e levado como pauta para o governo local. A aprendizagem gerada a partir dessas reuniões acometiam os dois lados. As mulheres, que em sua maioria de classe média e classe média alta que compunham a Agrupación, puderam compreender a realidade das mulheres que habitavam os bairros mais pobres e a partir de tal vivência refletir sobre a urgência de políticas públicas que dessem conta da situação dessas mulheres.

A questão da maternidade também é assunto pungente nesse período dentro das pautas feministas. A reprodução passa a ser entendida como um impeditivo para a ascensão da liberdade sexual das mulheres, que acabam por carregar em seus corpos o produto de uma

ação que não necessariamente havia sido feita para esse fim, ou que em alguns casos aconteceu através de violações de diferentes tipos. A pílula anticoncepcional, que começa a ser testada em meados da década de 1960 surge como uma possibilidade de maior domínio das mulheres sobre seus corpos. E não à toa, vários movimentos feministas, que se inserem na Segunda Onda, reivindicam questões relacionadas à liberdade sexual das mulheres.

Essa pauta nos interessa quando relacionada à questão da maternidade dentro da Organização Montoneros. Nesse sentido, as pautas dos movimentos feministas de Segunda Onda e as da Agrupación Evita divergem. A maternidade dentro da guerrilha peronista era compreendida como um projeto de transformação da nação Argentina, em que essas novas gerações cumpririam um legado peronista. Os “filhos da revolução” significavam a criação de novos sujeitos que se dedicariam à luta no futuro e perpetuariam o peronismo na sociedade Argentina. Essa narrativa que exaltava a importância da maternidade era reafirmada por Perón¹⁶ em diversos de seus discursos, que eram complementados com argumentos que mostravam a importância da mulher peronista para o MP, quando pessoa responsável pela formação dos filhos na doutrina peronista e na amabilidade e cuidado para com seu companheiro.

Um dos panfletos¹⁷ utilizados como fonte para a pesquisa foi da Unión Feminista Argentina (UFA), grupo que se manteve na década de 1970 como o de maior relevância e importância quantitativa¹⁸ entre os grupos feministas da região. Nesse panfleto está a sentença: *“El embarazo no deseado es un modo de esclavitud. Basta de abortos clandestinos. Por la legalidad del aborto. Feminismo en marcha. UFA (Unión Feminista Argentina)”*. O panfleto mostra um posicionamento do grupo que vai de encontro ao defendido pelos movimentos feministas que lutavam pela liberdade sexual e dos corpos femininos, mas ao pensar na situação das mulheres peronistas, esse tipo de discurso oferece um risco ao proposto pelo MP e pelo seu líder, Perón.

Ao analisar a narrativa das mulheres montoneras que diziam não se considerarem feministas – narrativa que se alterou ao longo do tempo – no período em que integravam a organização, alguns apontamentos são percebidos para a sustentação desse posicionamento. Um deles é o fato de que os movimentos de esquerda, no geral, consideravam o feminismo como um movimento de mulheres burguesas que não compreendiam que ao se chegar ao

¹⁶ Ver discurso “Perón convoca a la Mujer”. Disponível em: <http://www.ruinasdigitales.com/revistas/Discursos%20Peron%2007.pdf>

¹⁷ Disponível em: <https://kaosenlared.net/argentina-la-llama-no-habria-de-apagarse/>

¹⁸ De acordo com Antonella Delmonte, as mulheres da UFA se definiam como “*autoconvocadas*”, formavam grupos de leitura e debate sobre autoras feministas e também faziam uso da prática da “conceciación”.

socialismo homens e mulheres viveriam em situação de igualdade. Para, além disso, percebe-se que existia uma tentativa por parte dos homens do MP de controlar as mulheres que integravam o movimento, comportamento também analisado dentro da organização Montoneros. Os discursos do líder do Movimento, Perón, quando dirigidos às mulheres as colocam, como já mencionado anteriormente, em local de subordinação e de cuidado para com sua família, valorizando características que reforçam um perfil de mulher que é construído pelas sociedades patriarcais.

Construir uma análise a partir das experiências femininas durante a década de 1970, na luta armada ou nos movimentos feministas permite uma reflexão que sugere que as mulheres, ao longo da história, ocuparam e ocupam espaços mesmo que a interferência masculina as limite de diversas formas. A multiplicidade das experiências femininas e as formas de enfrentarem a realidade mostram que as mulheres se posicionam diante do que tentam lhes impor. Muitas das atividades realizadas pelas mulheres da Agrupación com as mulheres dos bairros periféricos reforçaram, em certa medida, o papel das mulheres como mãe e esposas, quando suas principais demandas giravam em torno de conseguir mais acesso à saúde para as mulheres grávidas, na criação de creches para os filhos e filhas das mulheres que trabalhavam em tempo integral, entre outros. Porém, a partir dos diálogos criados com as reuniões que aconteciam nas casas das moradoras dos bairros, um trabalho de articulação feminina se tornou possível e para muitas delas a troca de experiência vivenciada ali possibilitou um reconhecimento político de sua realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação das mulheres na organização Montoneros e em especial na Frente Agrupación Evita revela, por diferentes motivos, a importância do campo da História que se preocupa em contar a história das mulheres nos mais diferentes espaços e tempos. O que se percebeu com a pesquisa é que mulheres argentinas, mesmo que através de limitações, puderam a partir de certa emancipação política se colocar como sujeitos políticos que conseguiram alterar a sua realidade e a realidade de outras mulheres através de suas atividades.

Após a criação da Agrupación, as mulheres montoneras ocuparam um espaço de resistência ao se reunirem com mulheres periféricas e questionarem a realidade na qual estavam inseridas. Repensaram seus papéis como mães, esposas e guerrilheiras. Questionaram sua atuação dentro da organização Montoneros e possibilitaram às mulheres das classes mais populares o entendimento de suas atribuições domésticas como um ato político, que merecia além de reconhecimento, assistência por parte do governo que se negava a considerar a situação dessas mulheres.

A partir da leitura dos depoimentos das ex-integrantes da Agrupación foi possível compreender de forma mais aprofundada que as experiências que tiveram nas reuniões com as mulheres das classes populares permitiram uma aproximação de realidades e possibilitou uma troca de experiências que as colocou em um espaço de questionamento de seus papéis como mulheres, mães e esposas e o mesmo pode ser dito sobre as mulheres que foram beneficiadas com as ações promovidas pela Agrupación. A rede feminina que se criou através da formação da Frente Agrupación foi fundamental para que mais mulheres se conectassem com a política do país.

Grammático atenta para uma questão em seu livro que foi de extrema relevância para que esse trabalho fosse pensado. A autora traz a informação de que um número considerável de mulheres que formaram a Agrupación na década de 1970, nos dias atuais integram movimentos feministas e ou de mulheres ou desenvolvem algum tipo de projeto que se dedica a situação das mulheres que sofrem abusos e discriminações. Esse dado mostra que a experiência das mulheres montoneras na Agrupación Evita permitiu uma aproximação das mulheres argentinas com uma realidade que as colocava em situação de mais igualdade em relação aos homens. E mesmo que no período de atividade da Agrupación a esquerda revolucionária, em que a organização Montoneros se localizava não permitisse ou não achasse

legítima a luta feminista, as mulheres montoneras puderam, a partir de suas experiências exclusivamente femininas, experimentar em certa medida o que era proposto pelas mulheres que integravam os coletivos feministas na Argentina da década de 1970. A inserção das mulheres na Frente feminina impactou suas relações de poder e suas formas de fazer política, que até então lhes era permitida de forma ainda mais limitada.

FONTES

1. Revistas

El Descamisado, 1973-1974.

Evita Montonera, 1974-1979.

2. Documentário

Montoneros, una historia. Direção: Andrés Di Tella. Produção: Andrés Di Tella e Roberto Barandalla. Argetina: Cine Ojo, 1994.

3. Fontes diversas

Carta “Perón convoca a la mujer”, 27 de agosto de 1973. Disponível em:
<<http://www.ruinasdigitales.com/discursos-de-peron-1972-1974/>>.

Panfleto da Unión Feminista Argentina. Disponível em:
<<https://historiadeunadesobediencia.wordpress.com/tag/union-feminista-argentina-ufa/>>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRANCOS, Dora. Mujeres en la sociedad argentina: una historia de cinco siglos. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas, SP: Papirus, 1998.

CARAVOZZI, Marcelo. Autoritarismo y democracia: 1955-2006. Buenos Aires: Ariel, 2009.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe / Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

GRAMÁTICO, Karin. Mujeres montoneras: una história de la Agrupación Evita, 1973-1974. 1ª ed. Buenos Aires: Luxemburg, 2012.

GRAMMÁTICO, Karin. Las experiencias políticas de las mujeres de la Agrupación Evita. Disponível em: <http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/setentistas_grammatico.pdf>.

HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Trad. Andréa Menezes et all. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2003.

KUMPERA, Julia Aleksandra Martucci. Mulheres montoneras: política revolucionária em feminino. Dissertação (graduação em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: 2016.

PEDRO, Joana Maria. Os feminismos e os muros de 1968, no Cone Sul. Revista Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica – N. 26-1, 2008.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

PERROT, Michelle. Mi historia de las mujeres. 1ª ed. 1ª reimp. Buenos Aires: Fondo Cultura Económica, 2009.

RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista, gênero e história”. In: PEDRO, Joana.; GROSSI, M. (orgs.). Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinariedade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

ROMERO, Luis Alberto. História contemporânea da Argentina / Luís Alberto Romero; tradução Edmundo Barreiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SCOTT, Joan. Género e historia. Trad. Consol Boadas. México: Fondo de Cultura Económica, Universidade Nacional Autónoma do México, 2008.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TREBISACCE, Catalina. Una segunda lectura sobre las feministas de los '70 en Argentina. Conflicto Social, Año 3, N° 4, Diciembre 2010.

YAO, Jean Arsène. Negros en Argentina: integración e identidade. *Amnis* [En ligne], 2 | 2002. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/amnis/183> ; DOI : 10.4000/amnis.183.>